

**35% É POUCO**

É deboche, aumento parcelado, salário arrochado, custo de vida disparando. Funcionário público pede briga, página 3.

**CANOINHAS**

Mais uma prefeitura saqueada pelo PDS. Detalhes na nossa página policial, aliás, página cinco.

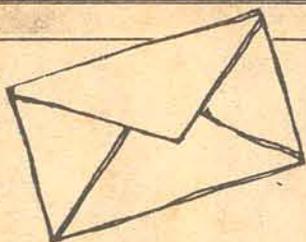
**PERSEGUIDO**

A eterna caça às bruxas, desta vez pegaram um repórter. Artur Scavone, do jornal O Estado, demitido por desagradar o governador. Pequena entrevista na página central.

**CONDENADO**

Lei de Segurança Nacional contra professor da UFSC. Adelmo Genro Filho condenado a um ano de cadeia por discurso abordando o Incidente de Florianópolis. Entrevista exclusiva na página central

**Jaison Barreto e Pedro Ivo podem nadar, nadar, nadar e morrer na praia. Opinião de Elaine Borges, página dois. Onde estão os corpos dos catarinenses mortos pela repressão política? O Comitê Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos busca, na página central. Temos 500 engenheiros desempregados no estado, mas empresas de fora é que fazem as obras de retificação do Itajaí-Açu, pode? Página nove. Triste Brasil, página cinco. Mais triste ainda, se falarmos em casa própria, mutuários, leiam a página nove. Arrocho, 2045 na página quatro. Também nela, os maçons na política brasileira. O Brasil sem a reforma tributária, na página cinco.**



## MORRER NA PRAIA

**A opinião é de uma experiente jornalista política: divisão na cúpula do PMDB compromete as chances do partido em 1986.**

Por Elaine Borges

Qual o significado dessas cisões internas que as maiores lideranças do PMDB de Santa Catarina estão enfrentando para o próprio partido e a nível de opinião pública? À medida que o tempo passa, percebe-se que os fatos estão atropelando os peemedebistas e que seus líderes não estão conseguindo ser o caudatário das esperanças populares neles depositadas de forma irrefutável nas eleições de novembro do ano passado.

Inegavelmente, milhares de catarinenses queriam a mudança e acreditavam que, votando no PMDB, certamente essa mudança viria. Embora parcialmente vitorioso — pois conquistou 62 prefeituras — o PMDB não está conseguindo superar suas divergências internas e mostrar, na prática, através das ações, em especial de seus representantes no legislativo, que representa as aspirações populares.

O PMDB é, na verdade, um partido fechado, de grupos e correntes. Às vezes, fica até mesmo difícil perceber, pela atuação diária dos oposicionistas, se são mesmo oposicionistas. Atitudes conciliatórias são as mais frequentes hoje em dia, quando seus eleitores querem ação e demonstrações práticas de que são seus legítimos representantes.

As divergências internas, em especial entre o senador Jaison Barreto e Pedro Ivo Campos, por outro lado, evidenciam, aqueles que não acompanham de perto os bastidores da política, que o PMDB, mais uma vez, enfrenta o seu mais sério problema: a heterogeneidade de pensamento de seus integrantes, esse frentismo tão amplo quanto confuso.

Se de um lado tem a ala dos moderados, os eternos conciliadores, defensores do consenso e da busca do entendimento, de outro há os socialistas, defensores de uma atuação mais contundente, que pregam a necessidade de mudanças das estruturas do poder, e que não aceitam concessões. Essa divergência de pensamento é essa inegável cisão — embora sempre negada pelos peemedebistas — dificilmente será superada num curto espaço de tempo. Pelo contrário, as divergências irão se aprofundar ainda mais, tendo em vista que a próxima disputa — a partir deste mês — é pela direção do partido, em novembro.

Nessa disputa, está claro que Pedro Ivo Campos pretende ser o eleito. Está também muito claro que os grupos mais a esquerda, ideologicamente, não o apóiam. Na verdade, para as

ambições e sonhos do ex-deputado, a direção do partido traria algumas vantagens. Uma delas seria a mobilidade e maior contato com as bases. E para quem quer ser o escolhido candidato ao governo, nas eleições de 1986, a conquista desse espaço tem um grande peso.

O senador Jaison Barreto tem dito, de forma muito enfática, que não quer ser presidente regional do PMDB. Seu sonho vai mais longe: ele também quer ser, novamente, candidato ao governo de Santa Catarina em 1986. Incontestavelmente Jaison Barreto é ainda um líder do PMDB. Mas ninguém pode dizer que Pedro Ivo Campos não detém também uma grande faixa de eleitores em Santa Catarina. Resta saber qual dos dois tem mais fôlego para chegar até 1986.

Na verdade, o PMDB está numa encruzilhada. Se de um lado o que se observa é total imobilismo, de outro, verifica-se que há uma ânsia muito grande de fazer esse partido sair da apatia que tomou conta de seus líderes e figuras mais expressivas. O que está acontecendo hoje não passa de mais um capítulo da eterna novela da briga pelo poder. Quem vencer, vai impor o seu jogo.

No entanto, do lado da opinião pública, essa disputa é tão irritante quanto uma briga de comadres. O povo, aqueles que depositaram seus votos nos candidatos do PMDB já começam a dar sinais de insatisfação e, o que é mais sério e que deveria fazer os peemedebistas meditar, de frustração.

O fato é que os partidos políticos, e em especial o PMDB por ser o mais forte entre os partidos de oposição, não conseguem — por absoluta incapacidade de seus integrantes — se desfazer de seus interesses mais imediatos em favor dos interesses de uma população que está a morrer de fome e na miséria.

A pergunta sobre o significado dessas divergências entre a cúpula do PMDB, portanto, é fácil de responder. A população em geral, tão ansiosa por mudanças que signifiquem melhoria de suas vidas, está se sentindo órfã porque os canais que deveria ter, para reivindicar e até mesmo exigir mudanças, estão cortados. Não está havendo resposta as suas reivindicações porque o PMDB está praticamente imóvel, desarticulado e sem a mínima estrutura. Portanto, é provável que os que hoje sonham com 1986 não cheguem lá. Acabem morrendo na praia.



Elaine Borges é correspondente do jornal "O Estado de S. Paulo", em Santa Catarina.

Há dois Nestor Agostini em Santa Catarina, talvez haja outros no Brasil. Cada cabeça uma sentença. O primeiro Nestor (de Rio dos Cedros) escreveu pra nós (carta publicada na edição número três), elogiou o jornal e quer continuar recebendo Lutas da Maioria. O segundo Nestor já foi diferente - não gostou e escreveu em tom policial, exigindo a carta e o envelope do outro Nestor para "averiguações", acusando alguém de querer ocupar o seu lugar no mundo. Recomendamos ao segundo Nestor mais atenção na leitura (talvez por isto não tenha gostado do jornal), já que na edição três indicamos claramente que a carta do Nestor número um era procedente de Rio dos Cedros. Cedros é Cedros, Sul é Sul, Rio é Rio e Nestor é Nestor.

Confusão desfeita, temos outro leitor desconhecido. Antônio Stoivs Marredo (Florianópolis), que preferiu queixar-se na coluna de cartas de "O Estado". Lá afirmou que também não gostava do Lutas, que as charges eram ruins e lembravam a enchente que ele gostaria de esquecer. Enveredou por rapidíssima análise das eleições, concluindo que o PMDB perdeu por falta de visão. Disse que "Lutas era impresso no Senado Federal, mas como o apressado Nestor dois, também não leu com atenção, pois o expediente indicava claramente impressão em São Paulo, em gráfica particular.

Antônio, as charges mostram a situação difícil que nosso povo vive, desamparado pelo governo, assistindo medidas políticas e econômicas demagógicas - e durante as enchentes tivemos prova disto: O governador faturou prestígio enquanto nós afundávamos nas águas. Visão faltou para prever onde e quando o PDS fraudaria as eleições, como fez. Foi voto carbonado em Criciúma, títulos frios em Garopaba, mortos votando em todos os cantos do estado... é, faltou mesmo visão. Antônio, aceite o jornal, é de graça.

Também recebemos carta de Carlos Bahr (Capinzal), Fernando Tokarski (Canoinhas), Darci Ludwig (Santa Helena, Paraná), Dalma Maria Rauen. Todos querem o jornal, todos gostaram. Dalma até diz que temos muito "fôlego". Dalma, estamos resfolegando, que a situação está dura pra todo mundo. Esperamos que o sufoco passe logo - é pra resolver a crise que fazemos jornal. É pouco, eu sei, acho até pretensão nossa tentar resolver a crise fazendo jornal. Tinta preta não é sangue.

Este é o quarto número de Lutas da Maioria e não sofremos censura. A edição é de responsabilidade de 16 jornalistas independentes de Santa Catarina (essa raça existe, a oligarquia ainda não intimidou nem comprou a todos), tiramos 50 mil exemplares e distribuímos gratuitamente - pro povão poder guardar os trocados, já que a vida tá dura, e mesmo assim ficar bem informado.

Quem paga? Os editores não ganham salário nem ajuda financeira de qualquer espécie, portanto, nosso trabalho é nosso capital. Parte do custo industrial que era garantido pela cota do senador Jaison Barreto no Centro Gráfico do Senado Federal, agora está sendo pago com recursos próprios. Lutas da Maioria não faz badalação, não é o "jornal do Jaison" (ele não apita na redação), não tem jornalista cobra mandada nem pena-alugada - está aberto a todas as categorias marginalizadas e sem voz de Santa Catarina. Pode ser o canal de comunicação de todos os movimentos populares, tão combatidos pela imprensa atrelada.

Composição e impressão na gráfica do jornal "O Estado do Paraná" (pressões políticas e empresariais impedem que Lutas seja impresso na nossa terra), mas um dia será feito aqui mesmo - não há mal que sempre dure.

Escreva para criticar, pra pedir jornal (enviaremos pelo correio sem qualquer despesa pra você) e dê sugestões para reportagens, denuncie todo aquele que atentar contra o interesse da maioria da população. Nós publicamos. Caixa Postal 1295, Florianópolis. Editora Maioria. Jornalista - responsáveis, Francisco José Karam. Até novembro.

# HORA DE LUTA

Servidores enganados outra vez. Reajuste de 35% é pouco e a categoria vai lutar.

— Quero meu filho! (É o pai, aflito, na sala de espera da maternidade).  
— Já vão trazê-lo senhor, mas aviso que ele tem problemas. (O alerta é do médico que fez o parto).  
— Problemas deuter? Por favor, quero ver meu filho já! (O pai insiste, ansioso).  
— Lamento, mas seu filho nasceu sem os membros. (É o médico, delicado).  
— Meu Deus! (O pai chora um pouco, depois se controla e pede pra ver o filho).  
— Quero avisar que também não tem corpo, nem cabeça. (Ainda o médico, suavemente).  
— Insisto em vê-lo mesmo assim! (Agora é o pai desesperado).  
— A enfermeira traz uma bandeja com uma enorme orelha dentro.  
O pai vê e grita:  
— Meu filho!  
— Não adianta gritar que é surda. (O médico dá o aviso e sai da sala).  
Esta piada negra pode resumir bem o comportamento do governador no episódio do aumento dos servidores:  
Os funcionários queriam 62 por cento (o INPC de outubro).  
O governador anunciou 50 e o 13º.  
Mas só dá 35 em outubro.  
O 13º será parcelado.  
O pagamento vai atrasar.  
E não adianta gritar que o governo é surdo.

Após propositais manobras e retardamentos, Amin finalmente anunciou, na noite de 28 de setembro, o reajuste de 35% agora, mais 15% defasados em janeiro. O decantado 13º salário não passa, na verdade, de um abono, que irá variar de 15 a 20%. Piada? Não. Outra manobra de Amin, que mais uma vez engana os servidores públicos estaduais. Os mesmos que acreditaram num reajuste substancial para outubro. Os mesmos que acreditaram nas razões do governador para os sucessivos adiamentos de reuniões e anúncio do índice. Mas não satisfeito com o péssimo reajuste, Amin vai mais longe: ameaça, já agora, atrasar o pagamento dos servidores públicos estaduais.

E os servidores? O que vão fazer?

A perda do poder de compra dos servidores, nos últimos 13 anos, foi de 58%. Somente nos meses de outubro de 82 a junho deste ano, a defasagem entre os salários e o custo de vida foi de mais de dois salários mínimos. Para que os salários voltassem aos níveis de fevereiro de 1970, seriam necessários reajustes, por faixas, que variassem de 138 a 178%.

Os alarmantes dados, resultado de pesquisa efetuada pelo Sindicato dos Economistas, vão se tornar, agora, ainda mais alarmantes.

## HORA DE LUTAR

O vice-presidente da Alisc (entidade que encabeçou as 42 de servidores estaduais para negociação), vereador Sérgio Grando, do PMDB, acha absurdo o reajuste concedido pelo governo. Salienta que, juntamente com o de maio, o reajuste anual ficará em torno dos 84%, enquanto a inflação deve ultrapassar os 200%. Grando também diz que os 15% adicionais, em janeiro, serão superados pela própria inflação daquele mês. E lembra que eles incidirão sobre os salários anteriores a outubro, e não sobre os salários reajustados. E mais: Grando desmente que Amin tenha dado o 13º salário. Destaca que ele não passa de um abono, como é dado todos os anos, sendo que este irá ficar entre os 15 e 20%. Quanto ao piso de 75 mil, diz que se não fosse dado, os salários seriam superados pelo próprio salário mínimo.

Grando enfatiza que a Alisc e as demais entidades vão estudar formas de luta para obter suas reivindicações. Quanto à Alisc, especificamente, o vice-presidente da entidade observa que em 22 de outubro, no Encontro Estadual de Professores, serão tomadas decisões sobre o encaminhamento das lutas. E não descarta a paralisação.

## ORGANIZAÇÃO

Na verdade, a luta dos servidores públicos catarinenses insere-se na luta geral do povo brasileiro para assegurar



as condições mínimas de sobrevivência, ou seja, moradia e alimentação.

A produtividade zero, determinada pelo governo federal, e os sucessivos decretos-leis encaminhados, com o objetivo de reduzir ainda mais o já aviltado salário do trabalhador, exige uma ampla organização do povo brasileiro e dos setores sociais e políticos comprometidos com a defesa da classe trabalhadora. A luta para se chegar a esse objetivo passa por diversas instâncias e momentos. Um

deles é a organização das diversas categorias sociais, inclusive de servidores públicos estaduais. E a alegação de Amin, de que foi prejudicado pelas inundações no estado, o que impediria de dar um reajuste significativo, não passa de uma grande bobagem. Na verdade, todo mundo sabe que não foi preciso tirar verbas do orçamento estadual para cobrir os prejuízos das enchentes, pois foi a sociedade civil que arcou com os compromissos que são obrigação do estado.

## FOME E PROTESTO

Donas de casa protestam e vão às ruas. Ato público condena governo e vaia Kleinubing.

O custo de vida subiu 106 por cento este ano, até agosto, contra 69 por cento no mesmo período de 1982. Só no último mês a alta foi de 10 por cento, enquanto o item alimentação subiu 14 por cento. Portanto, é o maior responsável pela alta do custo de vida. Quer dizer, a população está comprando menos comida, com menos dinheiro, de um salário arrojado.

Os dados sobre o custo de vida foram revelados esta semana (os de setembro ainda não foram divulgados), pelo Instituto Técnico de Administração e Gerência (Itag), órgão que pesquisa para a própria Secretaria da Fazenda.

Mas o pior ainda está pela frente. O coordenador do Itag, Hercílio Fernandes Neto, prevê uma alta maior para outubro. Ele afirma que os sucessivos reajustes da carne, leite e pão, vão fazer disparar os gráficos para cima.

Fernandes salienta que "a carne teve um reajuste de 19,34% em agosto, em relação a julho, e que, sem que setembro tenha chegado ao final, a alcatra, já teve uma alta de 40% em relação a agosto".

## BOICOTE

Os sucessivos e abusivos reajustes nos preços dos produtos alimentícios em todo o estado e, especialmente, Florianópolis, principalmente a carne (40% em setembro, com relação a agosto), determinou que um grupo de mulheres criasse a Associação das Donas de Casa. O fundamento do grupo é "conscientizar as donas de casa para participarem na luta pela sobrevivência da família e criar mecanismos de pressão para controle dos preços de produtos e serviços, usando da comunicação permanente entre seus membros", conforme a presidente da associação, Zuleica Lenzi, professora da UFSC. Não é mais possível suportar os abusivos e constantes aumentos no preço da carne, porque todo o setor, em sua opinião, já está ganhando demais em lucros, incluindo, produtores, frigoríficos, revendedores e, especialmente, o governo estadual. Zuleica acha que o governo estadual pode, perfeitamente, reduzir sua alíquota sobre o produto, atualmente em 22%, o que, por si só, baratearia a carne.

Mesmo reconhecendo que o movimento surgiu no âmbito da classe média, que ainda pode consumir um pouco de carne, lembra que ele também traz benefícios para os setores mais pobres, que dependendo do movimento, poderão ter o produto à disposição, a preços menores.

## VAIAS

Foi a Associação das Donas de Casa que organizou o ato público de boicote à carne em Florianópolis, no último dia 20 de setembro, em frente à catedral.

Durante quase duas horas, cerca de mil pessoas representando praticamente todos os bairros da cidade, tendo ao fundo a música "Maria Maria". ("é preciso ter força, é preciso ter gana sempre"), protestaram contra a alta do preço do produto e do custo de vida, aplaudindo todas as manifestações de repúdio à política do setor, do governo estadual e federal. E foram essas mesmas pessoas que impediram as pretensas explicações do secretário da Agricultura, Wilson Kleinubing, engenheiro elétrico guindado à área de Agricultura pelo governador Esperidião Amin. Após uma vaia ensurdecedora de cerca de 10 minutos, símbolo do repúdio do povo florianopolitano pela conduta do secretário e do governo diante da alta dos produtos alimentícios no estado, a Kleinubing só restou dizer que concordava com o movimento.

As manifestações mais contundentes não só contra a carestia, mas também contra a política econômica do governo, foram da dona de casa Matilde do Nascimento e do presidente da Comissão de Justiça e Paz da Ordem dos Advogados do Brasil, Paulo Medeiros, que teve, inclusive, por alguns minutos, cortado o som do microfone. No ato público também falaram, além da presidente da Associação, Zuleica Lenzi, o deputado Francisco Kuster, do PMDB e presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, a vereadora Clair Castilhos, também do PMDB, representantes da Associação dos Professores da UFSC, da Associação dos Sociólogos, do Sindicato dos Economistas, e donas de casa representantes dos vários bairros de Florianópolis.

Agora, as donas-de-casa estão formando núcleos por bairro. E de olho em todos os produtos. Vão formar, também, grupos para compra de alimentos em grande quantidade, na Ceasa.

## PASSAGEM NEGADA

PDS negou passagem mais barata para estudantes e aposentados. Pode?

As sessões da Câmara Municipal de Florianópolis, nos dias 23, 24 e 25 de agosto último, se não foram marcadas pelo ineditismo, pelo menos foram caracterizadas pela raridade.

Depois do golpe militar de 1964, a partir do qual o Poder Legislativo foi substancialmente enfraquecido, a Câmara Municipal, conforme testemunho dos próprios funcionários, em nenhuma ocasião esteve lotada com um público tão irrequieto quanto esperançoso.

Naqueles três dias, cerca de 200 estudantes e trabalhadores aposentados fizeram-se presentes, aguardando a aprovação do projeto-de-lei que concederia 50 por cento de desconto no preço das passagens nos transportes coletivos de Florianópolis aos primeiros e 20 por cento aos idosos, de autoria dos vereadores Içuriti Pereira da Silva e Rogério Queiroz, do PMDB.

Apesar de projetos semelhantes terem sido aprovados em municípios como Blumenau, Criciúma, São José e Biguaçu, e das estrondosas vaia dirigidas aos vereadores do PDS, obrigados também a votar nominalmente, o projeto foi rejeitado, por 12 votos contra 9. Votaram favoravelmente os 8 vereadores do PMDB, mais Arno

Seara, do PDS. Votaram contra o desconto aos estudantes e idosos 11 vereadores do partido do governo, que detem maioria. O vereador César Fontes, do PDS, inicialmente favorável à medida, voltou atrás em sua decisão.

As maiores vaia se concentraram no vereador César Souza, do PDS, apresentador de programa de televisão, dito, pelo próprio de "defesa do povo". César Souza votou contra o projeto, sob intensas vaia do público, que o chamava, em coro, de "fascista" e entoava o refrão "o povo o elegeu, mas já se arrependeu".

Embora os vigorosos e fundamentados pronunciamentos dos vereadores do PMDB, especialmente Sérgio Grando e Clair Castilhos, mais uma vez a bancada do PDS mostrou-se insensível na defesa dos interesses populares, com a rejeição ao projeto.

A presença de camburões da polícia militar, nos dias de votação, não impediu que os estudantes, ao final da última sessão, fizessem passeata ao redor da Praça XV e se postassem na frente da Câmara, à espera da saída dos vereadores governistas e ao som de "Abaixo o PDS, o povo não esquece".

# VINGANÇA À VISTA

Derrubamos o 2.024. Mas o governo promete vingança contra o povo se derrubarmos o 2.045. Agora é o salário ou a vida.

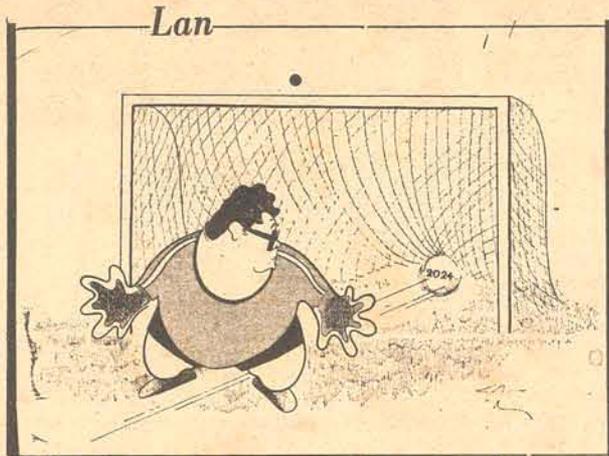
## Lourenço Cazarré, de Brasília

Como Lutas da Maioria adiantou em sua última edição o decreto-lei 2.045, que arrocha os salários, vai mesmo para a cesta do lixo. Isso ficou mais do que provado na noite de 11 de setembro, quando a Câmara dos Deputados rejeitou por 252 votos a um (o solitário voto de Nelson Marchezan, líder do PDS), o decreto 2.024, que reduzia para cem por cento o aumento dos trabalhadores que ganham menos de sete salários mínimos. Mas o governo já estuda (nos seus terríveis laboratórios econômicos) uma forma de produzir contra nós os mesmos efeitos, com outro mecanismo, se o 2.045 não passar.

O PMDB, o PDT e o PT conseguiram colocar todos os seus deputados em plenário, mais dez do PTB, alcançando assim 241 votos, aos quais se juntaram ainda 11 pedesistas descontentes. A bancada federal do PDS catarinense, inteirinha, também fugiu da raia.

Para a votação do 2.045 se prevê a mesma presença maciça da oposição, mas é bem possível que o número de governistas diminua. Isso porque, até a data da votação, o governo deve sentir seu poder de pressão (se é que este governo ainda tem algum poder nas suas mãos), em cima dos seus rebeldes. É possível que consiga demover alguns, mas não todos.

A sessão do dia 21 foi histórica. Pela primeira vez um decreto-lei de um presidente do ciclo de 1964 foi derru-



bado pelo voto. Parlamentares da oposição chegaram a prever o fechamento do Congresso caso o senador Nilo Coelho, que presidia aquela sessão, acolhesse as manobras protelatórias do PDS. As galerias estavam tomadas por centenas de sindicalistas de todo o País. E o clima que reinava em plenário era de guerra, com o líder do PDS e alguns de seus vice-líderes cercado por um grupo de parlamentares opositoristas revoltados.

Se não se realizasse a votação ninguém pode avaliar o que ocorreria, tal a irritação dos deputados dos partidos de oposição, sendo que muitos deles foram impedidos por colegas mais moderados de partirem para agressão física aos poucos governistas presentes em plenário.

## A MAÇONARIA VOLTA À POLÍTICA

Sempre que a Maçonaria se mete, ostensivamente, nos movimentos sociais, alguma transformação profunda do modelo de civilização está para acontecer. A Revolução Francesa, na Europa, e os movimentos de Independência, Abolição e Proclamação da República, no Brasil, aconteceram sob a égide da ostensiva participação maçônica.

Não é necessário grande exercício de sociologia para o entendimento do fenômeno. Basicamente a ação maçônica nos grandes movimentos sociais ocorre em função da permeabilidade social dos membros da Maçonaria que, originários majoritariamente das classes médias, encontram-se em praticamente todos os setores produtivos e, por extensão, em todos os estratos da burocracia dirigente. Isto possibilita que a Maçonaria, como Instituição, tenha aguda sensibilidade para os sofrimentos da população, que se tornam determinantes quando seus próprios membros são atingidos. A solidariedade dos ideais e os juramentos de sigilo e lealdade, embora facilitem a unidade de ação, são apenas complementares.

O Brasil de hoje está em frangalhos. E ao dilacerar todos os valores da cultura nacional, desde as bases físicas do sistema produtivo, até a superestrutura das postulações morais, lacera também a pequena-burguesia liberal das Lojas e Orientes, fise toda arregimentada entre pequenos produtores, funcionários públicos, professores e mesmo membros da oficialidade das Forças Armadas.

Por isto mesmo a ação da Maçonaria aborrece aos sistemas autoritários, que lançam sempre cortinas de fumaça para encobrir ou desmoralizar os manifestos maçônicos. Não é à-toa, pois, que agora, quando vêm à tona inúmeros manifestos maçônicos de condenação ao modelo brasileiro de desenvolvimento, a grande imprensa é acionada para orquestrar a reabertura do escândalo da chamada "Loja P-2", organização mafiosa italiana, que funciona em estilo paramaçônico.

Sem embargo de todos esses artifícios, alastra-se, em todo o País, a emissão de manifestos e a realização de seminários sobre a crise político-social. Mais que uma conspiração, este fenômeno é um sinal: o sinal que todos esperamos de que as coisas, no Brasil, já se encontrem no vestibulo da mudança. (Eugênio Magalhães).

## TROCA-TROCA

Langoni, do Banco Central, sai do time perdedor. Pastore está mais para ovelha do que para pastor. Não vai adiantar, sem a cabeça do gordo.

Sai Langoni, entra Pastore. Tanto faz. É como se num time de várzea o treinador trocasse uma ponta recuado por um lateral avançado. Dá no mesmo, não muda nada. Continua o bumba-meu-boi, bola pra cima. Poderia ter sido Renato Aragão ou Roberto Carlos. O que entra vai continuar fazendo a mesma coisa que o seu antecessor: sacudir afirmativamente a cabeça quando os loiros do FMI, dos bancos europeus e americanos e o pessoal do Clube de Paris mandarem que ele o faça.

Da mesma forma que o miope e um tanto estrábico Carlos Langoni viajava muito entre o Rio e Nova Iorque, o gordo miope Afonso Celso Pastore vai tomar semanalmente um avião para ouvir o que os banqueiros vão lhe dizer. Ele vai gastar muitas horas dentro de aviões e aeroportos, em gabinetes de hotéis e bancos, vai se submeter à demoradas e chatérrimas reuniões com os gringos, vai papar petiscos deliciosos nos restaurantes mais caros de Paris, Londres e Nova Iorque. E vai achar então que é poderoso e importante.

O mesmo aconteceu com seu antecessor. Bem como Langoni, em momento nenhum Pastore vai se dar conta que é apenas um presidente de um falido Banco Central de um falido país da falida América Latina. Ele vai se sentir poderoso. O que é que se pode fazer? Nada. Nunca ele vai se lembrar, quando estiver ouvindo ordens e reprimendas em inglês, que é apenas o presidente do Banco Central de um enorme país da América Latina, cuja população em sua maioria morre de fome e doenças, recebe salários indignos e não tem o direito de escolher o seu presidente. Talvez por isso esse povo tenha que aturar Pastores e Langonis. Mas ele, Pastore, vai continuar achando que é poderoso.

Quem é que se lembra do presidente do Banco Central no Governo Geisel? Ninguém. Pois é, e só faz cinco anos que ele estava lá. Mas Pastore como os outros vai achar que é importante, que é um homem indispensável ao país. Ledo engano. Podia ser Pelé ou Zico, dava na mesma.

Talvez Pastore jogue tênis na Casa do Bradesco - uma mansão na zona mais cara e chique de Brasília, o Lago Sul, frequen-

tada por altos funcionários do SNI - nos finais de semana. Talvez por isso consiga permanecer no cargo. Afinal, Langoni caiu porque estava despertando ciúmes entre outros sátrapas da área financeira, Delfim e Galvão. Esses dois não gostavam que ele fosse à Casa do Bradesco. Achavam que ele ganhava muito espaço nas manchetes dos jornais. Enfim, como numa choronovela de Janete Clair, foi ciúmes o motivo do crime.

Muitos vão dizer que é triste, outros vão dizer que é trágico, uns poucos vão dizer que é cômico. Mas todos vão concordar: este episódio fixa da maneira mais clara possível o Brasil dos nossos dias.

De um país cujo presidente não foi eleito pelo voto do povo; de um país cujo presidente que se prepara para impor seu sucessor (cuidado com o Maluf!) na próxima eleição indireta e ilegítima; de um país que tem o seu Riocentro, a sua Coroa-Brastel, a sua Delfin, a sua Capemi, as suas polonetas (e ninguém vai pra cadeia!) não se podia esperar nada melhor.

Como avestruzes, os jornais e as revistas da chamada Grande Imprensa entram em duelo para ver quem descobria o exato momento em que Langoni se demitiu: se foi na noite de quinta, ou na manhã de sexta. Depois anunciaram todos os planos de Pastore, como se ele tivesse alguma autonomia para ter planos. E já na manhã da sexta-feira de sua demissão, Langoni, que vinha há três anos integrando o *maxitrio* do apocalipse, se transformou no Robin Hood tupiniquim, quando disse que tinha se demitido porque discordava com as metas fixadas pelo FMI para a economia brasileira em 1984. E os jornais, aparentemente, acreditaram. De um momento para outro, eles se esqueceram que há exatos três longos anos, Langoni vinha participando deste governo, andando de terno e carro preto de um lado para outro. Ele saiu porque foi empurrado para fora do círculo sombrio do poder por aquele senhor um tanto gordo e um tanto estrábico chamado Delfim Netto. No Brasil, ninguém se demite. A exceção é o Jânio. Mas com o Jânio já são outros quinhentos dólares.

A sessão teve de tudo. João Hermann (SP), um dos vice-líderes do PMDB na Câmara, emocionado, beijou o rosto de Nilo Coelho quando este garantiu a votação. Ao ser anunciado o resultado, o deputado João Hercúlio (MG), também vice-líder, liderou o coro de parlamentares e das galerias que cantou o Hino Nacional.

A derrota, segundo Marchezan, se deu porque o governo não quis ouvir os seus apelos no sentido de fazer um acordo com o PTB. O que ele não disse é que este governo não quer acordo nem com o PTB, nem com ninguém. Porém, os tempos são outros. Não estamos mais na sombria década de setenta, quanto o governo tudo podia.

Agora, depois desta votação, já se começa a pensar em Brasília numa possibilidade muito bizarra e seguramente inconstitucional: Como os decretos-leis do Executivo passam a vigorar no momento em que são assinados (herança dos velhos tempos), só restará ao governo o recurso de ir assinando um decreto atrás do outro de forma que um esteja sempre vigorando durante o seu prazo de tramitação no Congresso.

No entanto, esta manobra pode levar o governo a uma situação insustentável, porque se for entendido que ela representa um desafio frontal às decisões do Parlamento, caberá aos parlamentares pedir o impeachment do general Figueiredo.

A derrota do decreto 2.024 marca, seguramente, um novo estágio da vida política brasileira a vitória de uma corrente progressista dentro do Parlamento. Muitos deputados insistiam em perguntar: Qual o Governo do mundo civilizado que se atravessa a propor a redução dos salários dos trabalhadores como forma de vencer uma crise econômica? E isso quando se sabe que os capitalistas, os agiotes, os especuladores - ou seja, todos os que não se dedicam a atividades produtivas - continuam lucrando com esta crise!

O mais importante de tudo isso, certamente, é o fato de se estar a primeira grande derrota que o governo sofre deste Parlamento renovado e que deve impor-lhe outras nos anos que restam de mandato ao general Figueiredo.

## TRAVESSIA DIFÍCIL

Discurso de Ulisses Guimarães aponta solução para a crise.

Num discurso para agradar aos gregos e aos troianos reunidos sob a sigla do PMDB, o presidente nacional do partido, deputado Ulisses Guimarães, anunciou suas propostas tanto políticas quanto econômicas para superar a crise que hoje sufoca o Brasil. O pronunciamento de Ulisses feito em 24 de agosto, na verdade, pode ser considerado uma súplica de tudo aquilo que os homens de bom senso deste país vêm pregando há muito tempo. Por isso, é claro, sua fala foi criticada pelo governo.

A Travessia — nome dado ao discurso, que terminou com a citação de um texto de Guimarães Rosa — foi uma proposta não aceita no outro lado da praça dos três poderes, mais exatamente no Palácio do Planalto. Aliás, da Tribuna, Ulisses tinha alertado que "não subiria a rampa que leva ao Palácio" porque a conversação que ele sugere deve ser feita com o PDS.

O forte da peça oratória de Ulisses Guimarães foram suas propostas para a superação dos problemas econômicos, que ele arrolou em dezenove itens. No campo político, as reivindicações do presidente do PMDB eram menos numerosas, apenas três, mas igualmente fundamentais para o país: escolha do sucessor do general Figueiredo através de eleição direta; Assembléia Nacional Constituinte; e concessão de direito de voto aos analfabetos.

As medidas exigidas por Ulisses Guimarães para a área econômica representam o pensamento de todos os trabalhadores brasileiros e dos pequenos e médios empresários nacionais. Por isso foram tachadas de "radicais", pelo Governo, que prefere atender unicamente aos reclamos dos banqueiros, dos agiotes e dos especuladores.

O presidente do PMDB pediu a retomada do crescimento da economia nacional a um nível anual de, no mínimo, 4 por cento, como forma de ampliar a oferta de emprego; exigiu a elevação do valor relativo dos salários e a diminuição da diferença brutal entre os ganhos

dos trabalhadores da cidade e os do campo. E o aumento dos investimentos em escolas, educação, saneamento, transportes e habitação, para gerar empregos e elevar a qualidade da vida.

Todos esses pontos, os tecnocratas que dirigem a nossa economia estão cansados de ouvir de qualquer cidadão de bom senso, seja ele trabalhador, empresário, economista, pesquisador, jornalista. Só que não admitem nenhuma mudança porque não está realmente nas suas mãos mudar ou não. A decisão vem de fora, dos grandes centros capitalistas que ordenam a vida econômica brasileira. Foi por isso que o ponto do discurso de Ulisses Guimarães que mais irritou a comunidade tecnoburocrática foi quando ele sugeriu o rompimento imediato das negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Junto com esse rompimento, pediu a decretação da moratória por três anos e a fixação de um prazo de 25 anos para pagamento dos débitos atuais para com os organismos financeiros internacionais.

Isso também é repudiado pelos tecnocratas, ou seja, pelos prepostos do FMI e dos bancos internacionais em nosso País. Porque, no fundo, eles parecem mais preocupados em pagar esta impagável dívida do que os banqueiros em recebê-la. É incrível, mas é verdadeiro. Como no ditado, o laçao é sempre mais realista que o rei. A comunidade internacional sabe que o Brasil está falido, o povo brasileiro — quando vai ao supermercado — também sabe. Mas os tecnocratas não. Afinal quem é que gosta de admitir que está gerindo uma massa falida?

O discurso de Ulisses Guimarães mostrou o caminho que o país tem que trilhar obrigatoriamente para sair da crise. Mas essa travessia só vai começar a partir do momento em que no Palácio do Planalto estiver alguém que possa decidir com o respaldo e a firmeza que tem qualquer governante eleito pelo voto de seu povo. (L.C.)

# AFUNDARAM CANOINHAS

Da série "Saque às Prefeituras", a cidade da carne-fantasma, cimento-fantasma, óleo-fantasma, areia-fantasma. Confira uma devassa nas contas do PDS.

Ricardo Ebling

A Prefeitura saqueada pelo PDS que apresentamos neste número é a de Canoinhas, município de 50 mil habitantes que apresentava um rombo, no final do ano passado, de Cr\$ 280 milhões de cruzeiros e um comprometimento de Cr\$ 85 milhões, cerca de 13% do atual orçamento. A maior parte deste dinheiro foi aplicado na campanha eleitoral ou em favorecimento de pessoas e empresas ligadas ao antigo prefeito.

E não foi só o ex-prefeito pedessista que tratou o cofre público como coisa sua. Seu antecessor, da ex-Arena, Alfredo de Oliveira Garindo, foi denunciado pelo Tribunal de Contas do Estado por deixar uma diferença de caixa, em 1975, de Cr\$ 59 milhões, em números de janeiro deste ano.

## CARNE FANTASMA

Durante os meses de outubro e novembro do ano passado, em plena campanha eleitoral, a prefeitura de Canoinhas comprou duas toneladas de carne pagando mais de Cr\$ 800 mil para receptionar, em duas ocasiões, o governa-

dor do Estado. Como o governador só esteve uma vez por lá, naquele período, com os participantes do almoço pagando as suas despesas, é fácil deduzir qual foi o encaminhamento do dinheiro gasto com a carne-papel. Aproveitando a ocasião, o ex-prefeito adicionou Cr\$ 143 mil de bebidas. Generoso dispenseu os 10%.

## ÓLEO FANTASMA

Entre agosto de 82 e janeiro de 83, desapareceram da Prefeitura de Canoinhas 133.220,40 litros de óleo diesel, no valor Cr\$ 13.588.420,00, já que o litro custava naquela época Cr\$ 102,00. A empresa que prestou auditoria na Prefeitura, a pedido do atual prefeito, José João Klempous, do PMDB, diz que esta despesa "decorre da substituição de notas de gasolina entregues a candidatos do partido governista, pagas pela Prefeitura".

## REQUISIÇÕES FANTASMAS

Durante a campanha eleitoral, a sra. Doris Ribeiro da Silva, que não era funcionária da prefei-

tura, recebeu talões de requisição de material e serviços consumidos em farmácias, cartórios, supermercados, fotos, empresas de ônibus, postos de gasolina, etc, por eleitores do PDS. Como os talões sumiram, apesar de pagos pela Prefeitura, não se sabe o montante gasto com estas despesas.

## FERRO FANTASMA

A Prefeitura de Canoinhas gastou Cr\$ 703.553,00 em ferro para obras no rio Monjolo. A mercadoria não chegou e não era preciso: não havia obras no rio Monjolo.

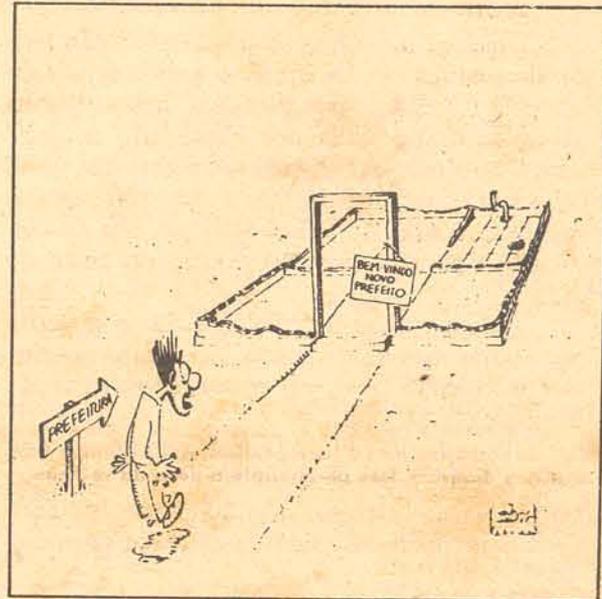
O mesmo aconteceu com o cimento comprado por Cr\$ 384 mil que também não deu entrada no almoxarifado. Seu destino eram as obras inexistentes do rio Monjolo. Para misturar nestes 300 sacos de cimento-fantasma, o ex-prefeito também adquiriu areia-fantasma, apesar de a Prefeitura possuir produção própria. Foram gastos Cr\$ 1 milhão e 500 mil como forma de pagar a uma empresa a exploração de um porto fluvial, o que é ilegal visto que a atribuição é do Ministério da Marinha.

## MADEIRA FANTASMA

Outra despesa cujo material até hoje permanece em local incerto e não sabido são duas compras de imbuía e pinho no valor de Cr\$ 1 milhão e 200 mil. Ninguém sabe explicar em que foi consumida esta madeira.

Para completar sua administração, o ex-prefeito de Canoinhas não recolheu FGTS, PASEP e Previdência Social, fez licitações fora das normas legais e, a partir de julho de 82, deixou de fazer tomada de preços. Segundo concluiu a auditoria, os balanços não expressam a realidade econômica do município: as contas Caixa, bens móveis, bens imóveis, bens de natureza industrial e almoxarifado, "não tem o respaldo do inventário físico competente".

Vai ser duro para o prefeito Klempous e sua equipe botarem ordem na casa, de jeito que receberam a prefeitura. O povo já cumpriu sua parte, botando pra correr de lá aqueles que durante anos se aproveitaram de trabalho de todos.



## TRISTE BRASIL

A oitava economia do Ocidente é asfixiada pelo capital estrangeiro e seu povo explorado.

Dados do IBGE: mil crianças morrem de fome por dia no país. 35 milhões de brasileiros são tuberculosos. 20 milhões de crianças abandonadas perambulam pelas ruas das grandes cidades. Este triste retrato brasileiro contrasta com a força de nossa economia, a oitava do Ocidente, com 46 milhões de trabalhadores, um vasto, moderno e diversificado parque industrial.

Na análise crítica do economista Cirineu Martins Cardoso, crescemos ao oitavo lugar graças (ou desgraçadamente) ao modelo de crescimento baseado na concentração do capital, na má penetração do capital estrangeiro e na extrema exploração da classe trabalhadora.

A implantação e consolidação deste modelo surgiu junto com uma violenta repressão ao movimento operário, sindical e popular e foi garantido por um Estado autoritário, em aliança com os grandes grupos econômicos e financeiros internacionais.

Além do caráter militar e fascista no plano institucional, para garantir tal projeto, o Estado passou a dispor de uma base econômica financeira, constituída por uma potente rede bancária e um enorme complexo industrial, que sustentou as alianças entre os grandes grupos econômicos, e latifúndio e o imperialismo.

## ARROCHO

De um lado, foi crescente o achatamento salarial, a extinção de estabilidade no emprego, a retenção do crédito e a liquidação de pequena e média empresa, além de abertura para o investimento estrangeiro, que criaram as condições ideais para a acumulação do capital. De outro, o aprofundamento das contradições no Estado brasileiro tornou as crises mais duradouras, a intervalos cada vez menores, determinando que parcelas consideráveis da população fossem levadas à miséria, à fome e ao desemprego.

A classe trabalhadora, principal vítima de todo esse período, se viu cada vez mais relegada à crescente miséria, à fome e ao desemprego. O Censo do IBGE/1980 revela esse quadro e mostra a extrema concentração de renda existente no País: 88% dos trabalhadores, equivalente a 43 milhões de pessoas, ganham de meio a cinco salários mínimos, enquanto que apenas 630 mil pessoas ganham salários superiores a 20 salários mínimos.

## SEM PARTICIPAÇÃO

Os trabalhadores não só foram excluídos de participação política e social, mas também de toda e qualquer forma digna de existência. Hoje, mais de 35 milhões de brasileiros são tuberculosos. Mais de 12 milhões possuem

defeitos físicos. Mais de mil crianças morrem de fome diariamente no Brasil. Mais de 20 milhões de crianças abandonadas circulam diariamente pelas cidades e a maioria da população não dispõe de assistência médica, saneamento básico e educação.

Na zona rural, 13% da população começa a trabalhar entre os 10 e 14 anos, e 6% trabalha depois dos 60 anos. Também na zona do campo 42% dos trabalhadores percebem somente meio salário mínimo, enquanto que 43% recebem de meio a um salário mínimo. Somente 0,5% da população rural ganha mais de três salários. 40% desta população é analfabeta, 87% não dispõe de eletricidade e 68% não possui instalação sanitária.

## FOME E MISÉRIA

As recentes imposições do capital financeiro, via Fundo Monetário Internacional, exigindo mais arrocho salarial, controle populacional e a liquidação das pequenas e médias empresas brasileiras rebaixa ainda mais a qualidade de vida de milhões de brasileiros.

A especulação financeira e imobiliária, os latifúndios improdutivos e a economia exportadora baseada no capital estrangeiro vão impulsionando a inflação, o desemprego e a carestia. Já perdemos a soberania nacional e estamos perdendo por completo o direito ao trabalho, à alimentação, à saúde, ao transporte, à educação e corremos o risco de perdermos as pequenas conquistas democráticas, caso não avançarmos na organização da luta pela democracia e por melhores condições de vida e trabalho.

## CENTRAL ÚNICA

Frente a esta realidade, a reestruturação da sociedade brasileira, com uma radical mudança no modelo terá de ser feita sob uma nova base: a popular democrática, capaz de concretizar organicamente as bandeiras do movimento sindical e popular, entre elas a luta pelas eleições diretas, reforma agrária, moralização da coisa pública, cancelamento da dívida externa, nacionalização dos bancos estrangeiros, estatização do comércio exterior e a revogação da Lei de Segurança Nacional.

Neste sentido, a realização este ano do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora e a criação da Central Única, são fundamentais para determinar uma nova situação na organização, mobilização e luta de todos os trabalhadores, capaz de avançar nas conquistas democráticas, condição imperativa na solução da fome, da miséria e do desemprego em que está condenada a maioria da população brasileira. CIRINEU MARTINS CARDOSO é economista, vice-presidente da Fundação Pedroso Horta.

# NÃO À REFORMA

Negado. Dinheiro dos municípios continua na mão da União, diz o general.

Seiscentos prefeitos no Palácio do Planalto pedindo reforma tributária (que pelo menos parte do dinheiro arrecadado nos municípios fique lá), o general-presidente passa, acena com a cabeça e diz que não. Este é o melancólico retrato da "marcha a Brasília" pela reforma, uma reivindicação unânime da sociedade, negada na quarta-feira, 28 de setembro, por Figueiredo. Negar a reforma é ato centralizador, autoritário.

Asfixiados pela falta de receitas próprias, os municípios brasileiros estão paralisados, em boa parte administrando dívidas. Em Curitiba, 62 prefeituras catarinenses administradas pelo PMDB fundaram uma associação, em 26 de agosto, e boa parte delas estava em Brasília quando Figueiredo negou a reivindicação.

A questão tributária é o centro nevrálgico do modelo econômico que está levando o Brasil ao desconserto, ao desespero, à insolvência, afirma o economista Francisco Carrion, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e deputado (PMDB), em artigo na Folha de São Paulo. Eis um resumo do texto: "A ideia-chave que traduz o espírito das preocupações e sintetiza os objetivos democráticos do movimento reformador da atual estrutura tributária resume-se em distribuição.

Defendem-se novos rumos para a poli-

tica fiscal, com vistas ao atendimento dos seguintes objetivos: uma melhor distribuição do ônus fiscal entre as pessoas, hoje excessivamente concentrado nos segmentos assalariados; uma melhor distribuição setorial da carga tributária, corrigindo a injustificada situação presente que deixa à margem da tributação as atividades especulativas, em detrimento de uma sobrecarga fiscal sobre o trabalho e atividades produtivas; uma melhor distribuição regional dos recursos públicos; e uma melhor distribuição de receitas e encargos entre as três esferas de governo, conferindo maior autonomia aos Estados e municípios.

Estes quatro aspectos fundamentais, de má distribuição no plano pessoal, setorial, regional e governamental, indicam que é impraticável continuar negligenciando indefinidamente as distorções localizadas no atual sistema tributário.

A injustiça dos impostos faz com que as famílias mais pobres paguem 14,6% de IPI e ICM sobre o valor de suas rendas, enquanto as famílias mais ricas despendem com impostos indiretos apenas 7,1% do valor se seus rendimentos totais.

A lista de distorções é bastante extensa: refeições prontas para operários pagam 16%, ficando isentas refeições em hotéis de luxo; alimentação básica, feijão, arroz e carnes paga 16%, enquanto carnes de peru e faisão são isentas e cigarro tem uma alíquota de ICM de 5,3!

A experiência com o modelo concentrador de rendas públicas esgotou-se em si mesma e por decorrência do esgotamento do modelo maior, o econômico. A redução do grau de autonomia dos Estados e municípios foi consequência de uma situação em que o Executivo Federal tinha autonomia para legislar, independentemente do Congresso. Por isso, um movimento por reforma tributária representa, antes de tudo, a devolução de prerrogativas do Poder Legislativo.

Asfixiados pela falta de receitas próprias os municípios estão paralisados, em boa parte administrando dívidas, enquanto os Estados vêem suas arrecadações de ICM caírem mês após mês.

A questão tributária é o centro nevrálgico do modelo econômico que está levando o País ao desconserto, ao desespero, à insolvência: pretender o contrário, alegando tratar-se de ponto meramente técnico e secundário, é iludir a opinião pública.

A marcha sobre Brasília, foi mais um testemunho da distância que separa o parcial processo de abertura política da permanência do fechamento econômico. A aplicação, ainda que este ano, de remédios ou casuismos na área tributária será provavelmente a tendência de uma política econômica que prefere empurrar os problemas a resolvê-los.

# Adelmo Genro Filho

(o homem que foi condenado a um ano de prisão por dizer o que todos pensam)

Adelmo disse que o presidente "não tem condições mentais de dirigir o país", depois de ver pela televisão e nos jornais a demonstração de desequilíbrio dada por Figueiredo no incidente de Florianópolis (em novembro de 1979, ele e sua comitiva trocaram socos com populares no Calçadão da Felipe Schmidt, que protestavam contra as constantes altas do custo de vida).

Adelmo disse também que "se o governo não tomar medidas urgentes (no campo político e econômico) o povo vai encontrar a seu modo as soluções".

Talvez esta última ameaça tenha pesado mais e logo o Brasil soube que a Lei de Segurança Nacional tinha sido acionada contra o vereador que ousou dizer o que todos já pensavam.

Se em 1979 não se podia dizer que Figueiredo não tinha condições para governar, a lenta e gradual desmoralização do regime autoritário permite hoje estocadas com vara mais curta. A revista Veja publicou no mês passado alguns conselhos, de autoria do advogado Geraldo Forbes. "Renuncie, presidente", foi um deles. "Vá pra casa dar cascudos nos seus netos", foi outro. Conselhos necessários, porque "militar não foi treinado para dirigir um país, mas sim para obedecer ordens".

Adelmo era líder da bancada do MDB na Câmara Municipal de Santa Maria, em 1979, quando fez o discurso que lhe valeu a condenação imposta agora, em setembro, pelo Superior Tribunal Militar.

Atualmente lecionando no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Adelmo ainda tem um último recurso, vai apelar, em liberdade, ao Supremo Tribunal Federal. O novo julgamento ainda não tem data marcada.

Adelmo é advogado, jornalista e professor universitário, 32 anos, duas filhas, mora na Trindade, em Florianópolis.



Além do mais, os fatos tem demonstrado, na própria América Latina, que a violência indiscriminada contra o povo, por mais que sejam escondidos os corpos dos assassinados, os cadáveres ficam insepolto e não são esquecidos. As atuais manifestações na Argentina, no Chile e nas Filipinas, onde os "desaparecidos" se contam aos milhares, indicam que os verdadeiros julgamentos estão por acontecer. No Brasil, através da LSN e de outras leis espúrias, o governo procura dar uma aparência de legitimidade à repressão, pois está perdendo cada vez mais sua base de sustentação social.

**"...por mais que sejam escondidos os corpos dos assassinados, os cadáveres ficam insepolto e não são esquecidos".**

**"O governador do Espírito Santo (Gerson Camata, PMDB) pediu desculpas a Figueiredo. Pode obter o perdão, mas nunca o respeito dos companheiros".**

todos as circunstâncias. Enfim, vereadores, deputados, estudantes, entidades e segmentos populares manifestaram-se intensamente denunciando o processo e a própria LSN. Aqui em Santa Catarina foi iniciada a solidariedade dos meus colegas da UFSC, dos estudantes, dos jornalistas, vereadores e outras lideranças do partido. O deputado Nelson Wedekin falou na Câmara Federal recentemente. A vereadora Clair Castilhos pronunciou um discurso manifestando a solidariedade da bancada. Lideranças do PDT do Rio Grande do Sul e do PT também deram seu apoio. O deputado Genóio Neto, do PT de São Paulo, fez um incisivo discurso em Brasília. Enfim, é impossível citar todas as manifestações públicas ou parlamentares que ocorreram.

**LM — Você tem criticado, frequentemente, a aproximação de setores da oposição ao governo. Quais as causas dessa política?**

**AGF —** De noite todos os gatos são pardos. Isto é, quando se trata de lutar apenas por um pouco mais de liberdade, as reivindicações dos empresários e grandes proprietários de terra, dos grandes comerciantes, parecem confundir-se com as aspirações dos operários, dos assalariados em geral e dos agricultores pobres. No entanto, conquistada a primeira migalha de liberdade, os "grandes" já pensam logo em aderir ao regime, temerosos que seus interesses sejam prejudicados

**"Fim do arrocho. Ampla reforma agrária. Rompimento com o FMI. Nacionalização dos bancos. Eleições diretas. E é só o começo".**

pelas transformações econômicas e sociais que o povo passa a exigir. As oposições expressam exatamente esse impasse. Os "moderados", liderados por Tancredo, Montoro, Camata, Brizola e outros, esquecem seus compromissos de campanha eleitoral e buscam o "consenso", a conciliação despuorada com o regime militar, e não vacilam até em dar espancar trabalhadores e desempregados famintos. A verdadeira oposição, identificada com os operários e os setores mais explorados e combativos da sociedade, exigem o fim do arrocho salarial, o rompimento com o FMI, o não pagamento da dívida externa e uma ampla reforma agrária. Para isso, é necessário o fim do regime e a nacionalização dos bancos e dos grandes monopólios.

**"... conquistada a primeira migalha de liberdade, os grandes logo pensam em aderir ao regime, antes que o povo possa exigir transformações sociais..."**

**LM — O PMDB se propôs a uma ampla campanha pelas eleições diretas, mas até agora parece não ter conseguido dinamizar esse movimento. Como você encara esse relativo fracasso?**

**AGF —** A luta pelas eleições diretas para presidente da República deveria ser o ponto mínimo da luta democrática, capaz de unificar todas as oposições. Mas nem mesmo em torno deste ponto há unidade. O PDT e o PTB preferem o "diálogo" submisso com o governo. O PT, além de inexpressivo na maioria dos estados, não consegue superar suas contradições internas e intervir com eficácia na conjuntura. O PMDB está paralisado em virtude dos conciliadores e adiestrados que detêm imenso poder dentro do partido. Além disso, a luta pelas eleições diretas, para que encontre respaldo popular deve ter uma clara definição em torno de certas condições que devem ser reivindicadas. Ora, eleições diretas com Lei de Segurança Nacional, com o aparato repressivo intacto, sem o uso realmente democrático dos meios de comunicação, sem plena liberdade de organização partidária e propaganda política, seria apenas uma farsa para legitimar o regime. Portanto, essa bandeira deve ser desfraldada pelos setores operários e populares, os únicos realmente dispostos a defendê-la sem meios termos, ao lado de outras tantas que também interessam ao povo e estão interligadas a elas: luta contra o arrocho, pelo rompimento com o FMI, pela greve geral e pelo fortalecimento da verdadeira CUT — Central Única dos Trabalhadores.

**LM — O governo afirma que as oposições não têm alternativas para a crise. Até que ponto, na sua opinião, isso é falso ou verdadeiro?**

**AGF —** As oposições representadas por "Brizolas", "Tancredos", "Montoros", "Lulas" e tantos outros conciliadores e vacilantes realmente não têm propostas alternativas. No entanto, ao nível dos partidos institucionais existem amplos segmentos combativos e conscientes em relação ao momento que estamos atravessando, tanto dentro do PMDB como do PT. Mas o que é mais importante, é que entre as massas populares, notadamente entre os trabalhadores, estudantes, agricultores e desempregados, eleva-se a disposição de luta e a clareza sobre a natureza antipopular do regime. E, sobretudo, a clareza de que a história são os homens comuns que a fazem, com suas próprias mãos.

**"As oposições "moderadas" tendem a se confundir com o regime".**

**LM — Quais as perspectivas políticas para o Brasil a curto e médio prazo?**

**AGF —** A curto prazo a crise tende a se agravar, os grandes capitalistas e banqueiros que detêm efetivamente o poder em nosso país vão continuar aplicando sua política econômica, enriquecendo cada vez mais, aumentando a fome e o desemprego. As oposições "moderadas", que na verdade já não são mais oposição, tendem a se confundir com o regime. Porém, a resistência popular tende igualmente a aumentar. O que quero dizer, é que sem luta não há esperanças. Sem propostas firmes de substituição do regime, de controle nacional dos bancos e monopólios, de reforma agrária, sem um programa que tenha os trabalhadores do campo e da cidade como atores centrais e inspiração básica, não há realmente perspectivas de vitória.

# CRIME E IMPUNIDADE

**Comitê procura os mortos catarinenses. Queremos saber onde estão dezenas de desaparecidos políticos. Os criminosos estão impunes.**

Por Francisco José Karam

A impunidade sempre foi uma característica dos criminosos pagos pelo Estado, nos últimos 19 anos, para eliminar todos aqueles que se opusessem ao regime autoritário instaurado no país a partir de 1964.

Em Santa Catarina, como em todo o Brasil, a perseguição, as prisões, as torturas e os assassinatos políticos refletiram, nesse anos todos, o período de maior terror ideológico e de maior insegurança à sociedade civil da História da República. E foram causados, exatamente, por quem deveria encarregar-se por sua função legal, de protegê-la.

Recentemente criado em nosso estado, o Comitê Pró-Memória dos Catarinenses Mortos e Desaparecidos tem o objetivo de resgatar a memória daqueles que acreditassem no Brasil e foram mortos ou "desaparecidos" pelas forças de repressão, especialmente no início dos anos 70, no período do tristemente célebre governo Médici.

Em pronunciamento na Assembléia Legislativa, o deputado Francisco Küster, do PMDB, lembrou o nome de alguns desses mortos e desaparecidos, como Rui Pfutzenreuter, assassinado no DEOPS paulista, a polícia política do estado de São Paulo; Arnó Preis, que segundo o governo morreu numa tentativa de fuga; João Batista Rita, visto pela última vez em 13 de janeiro de 1974, nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, em péssimo estado físico, consequência das torturas; Luiz Eurico Tejada, morto em São Paulo; José Lima, desaparecido; e

Paulo Stuart Wright, deputado estadual catarinense cassado em 1964 e desaparecido no DOI-CODI de São Paulo, em 1973. Segundo Küster, "Paulo Wright era, sem dúvida alguma, um deputado catarinense comprometido com as lutas populares, legitimamente eleito pelo povo". E estranha que no quadro da Legislação daquela período "não conste nem seu nome, nem sua fotografia".

É possível que nunca mais saibamos desses catarinenses, especialmente pela incompetência, omissão e conivência de nossos governantes, claramente identificados com os interesses das forças repressivas brasileiras, naquele período. Mas como diz Küster, "apesar dos governantes catarinenses, saídos sempre de duas oligarquias tradicionais, nunca terem estado à altura do povo, este tem sabido resistir ao regime de opressão pós-64". E enfatiza que "como catarinense, devemos exigir do governo a responsabilidade na procura e na entrega desses corpos".

O Comitê Pró-Memória dos Catarinenses Mortos e Desaparecidos começa um trabalho que encontrará outros nomes, outras pessoas, amigos assassinados ou "desaparecidos". Nomes, pessoas, amigos punidos por lutarem contra um regime que sempre primou por estar contra os interesses do país e contra a esmagadora parcela da população brasileira.

Mas certamente será muito difícil punir os torturadores e os assassinos encobertos pelas autoridades, porque sua característica maior sempre foi e continua sendo a impunidade.

# JORNALISTA DEMITIDO

O jornalista Artur Scavone é mais uma das vítimas do modelo democrático e transparente do governo Amin - por ter impedido o governador de falar durante o Enclat, realizado em agosto, em Criciúma, Scavone foi demitido do jornal Estado, onde era repórter, em 20 de setembro, a pedido do secretário da Comunicação Social, Paulo da Costa Ramos, e do assessor de imprensa do palácio, José Carlos Soares, o Zico.

Este gol foi fácil de fazer já que Scavone nunca negou sua condição de oposicionista, é militante do PT, e em suas reportagens sempre tentou fazer abordagens críticas dos temas que era pautado, na editoria de cidade.

Perdeu o emprego, mas não o humor nem o senso-crítico. Uma entrevista ping-pong com ele: **LM -** Qual foi a razão verdadeira da sua demissão? **AS -** Ninguém disse, mas todo mundo sabe: impedi o governador de falar durante o Enclat (Encontro da Classe Trabalhadora) lá em Criciúma. Na verdade não fui só eu quem se manifestou mas mais da metade da platéia que estava lá, entre operários, camponeses e líderes sindicais.

**LM -** Não te passou pela cabeça que fazendo isso poderia perder o emprego? Por que você, e não outro? **AS -** Não se trata de ser eu ou outro, mas o fato de que chega determinado momento que a gente fica de cabeça quente e não raciocina direito. Não que eu esteja arrependido. Acho que era necessário, e acabei sendo o eleito ali na hora. Não teve jeito. Não estava certo deixar o Amim falar fora de hora, interrompendo toda a discussão que estávamos fazendo, só para que ele fizesse sua demagogia, como fez em Blumenau. A responsabilidade maior foi mesmo da mesa.

**LM -** Então você não culpa o Amim?

**AS -** Acho que não. Ele foi convidado pela mesa a falar, e ainda aceitou se submeter à decisão do plenário. Mas foram os dirigentes que não aceitaram submeter ao plenário a decisão de que o Amim falasse. Claro, ele estava cumprindo seu papel de ir lá para dividir os trabalhadores. E isso ele quase conseguiu.

**LM -** Por que a demora na reação para que sua demissão viesse?

**AS -** Não sei. Acho que eles não quiseram que ficasse muito claro a vingança. Afinal, quem ousa desafiar o governador a parar de falar, não pode ficar impune. É assim que eles raciocinam.

**LM -** E agora?

**AS -** Agora fica a vontade de continuar a impedir qualquer um que venha fazer demagogia de falar. E assim a gente vai levando. Emprego, trabalho, se arranja, mais cedo ou mais tarde.

**LM — Como você se sente condenado a um ano de prisão por ter feito um discurso afirmando o que milhões de brasileiros estão pensando e dezenas de personalidades já estão dizendo publicamente?**

**AGF —** Encaro a situação com serenidade. É natural que um regime como este, montado para enriquecer ainda mais os bancos nacionais e internacionais, para assegurar o domínio dos grandes capitalistas sobre a Nação, que aplica uma política deliberada de recessão, desemprego, arrocho salarial e miséria, utilize sua força para reprimir alguns visando intimidar a todos. A Lei de Segurança Nacional é o instrumento "legal" que foi concebido precisamente para institucionalizar a repressão. Se na época do general Médici era possível prender à margem da lei, torturar e matar nos porões, hoje o equilíbrio de forças é outro. Quase tudo precisa ser feito "dentro da lei", daí a necessidade da legislação adequada.

**"A LSN é a repressão institucionalizada. Com ela o governo quer intimidar alguns, para tentar calar a todos".**

**LM — Então você já esperava a condenação...**

**AGF —** Compreender o processo político que estamos atravessando não significa deixar de indignar-se, de protestar a resistir. Nunca me curvei diante das ameaças ou da possibilidade concreta de prisão. Não mantive uma atitude provocativa, pois seria um infantilismo político. Mas sempre reafirmei — ao longo do processo e dos julgamentos — o conteúdo e os termos do discurso que proferi na Câmara de Santa Maria. Sempre, ao longo dos pronunciamentos e entrevistas, manifestei meu posicionamento frontalmente contrário ao regime implantado no País, denunciando-o como avesso ao interesse popular. A coerência é o mínimo que cada um deve exigir de si mesmo. A covardia, como a do governador Gerson Camata, do Espírito Santo, que foi pedir desculpas ao general Figueiredo, pode obter o "perdão" mas não o respeito dos adversários. E muito menos a simpatia e a confiança dos companheiros.

**LM — Você já foi condenado em duas instâncias. Quais as possibilidades de absolvição no Supremo Tribunal Federal, onde será o julgamento definitivo?**

**AGF —** Como se trata de um julgamento político seu resultado é imprevisível. A LSN pode ser interpretada da forma que se queira. E esta é precisamente a sua finalidade. Sob a luz da tradição jurídica, dos princípios do Direito universalmente consagrados, a condenação seria impossível. Não obstante, já fui condenado em dois julgamentos...

**LM — Como tem sido a reação do PMDB e das oposições desde a instauração do processo? Houve um movimento efetivo de apoio?**

**AGF —** A solidariedade da grande maioria do PMDB foi irrestrita e permanente. O senador Pedro Simon, então candidato a governador do Rio Grande do Sul, fez questão de depor em minha defesa durante o processo. O deputado federal João Gilberto foi incansável em

# O PMDB REAL E NECESSÁRIO

Texto de João Carlos Silveira de Souza

A crise profunda que vivemos avança o debate político e a discussão no interior do PMDB, dado um relativo equilíbrio na correlação de forças entre o regime autoritário e as oposições. Assim, a busca de uma melhor compreensão da conjuntura permitirá ao partido superá-la, no interesse das classes populares e da democracia. O debate proposto deve considerar três questões.

A primeira delas, sobre o caráter do PMDB, o que ele representa no interior da sociedade brasileira. Segunda, sobre sua capacidade para enfrentar a crise do regime e da sociedade e realizar seu objetivo de democratização e construção de uma ordem social mais justa para nosso povo. Terceira, o papel do militante e sua responsabilidade de encaminhar na prática política as tarefas partidárias realisticamente.

É preciso, igualmente, construir concomitantemente a democracia interna para realizar a articulação do partido com sua massa de eleitores e simpatizantes, dos organismos de direção com as bases. A necessidade de absorção do potencial de militância que o PMDB hoje possui (e que poderá perder se não for consequente) é fundamental à sua preparação para assumir o poder.

## QUE PARTIDO É ESTE?

O manifesto e programa partidários, o documento "Esperança e Mudança" e o "Projeto Emergência" traduzem os interesses imediatos do proletariado, das massas rurais sem terra, do campesinato, das classes médias urbanas e de setores da burguesia nacional.

O PMDB refletiu, ao longo de sua história, todas as mudanças conjunturais ocorridas no país pós-1964, incorporando no seu discurso o avanço do movimento popular e o fortalecimento da sociedade civil, e passando por planos de luta qualitativamente diferentes.

O PMDB pode ser considerado como uma frente mais pela sua composição social do que pela sua composição orgânica.

## NOSSOS SINDICATOS

Composto por 400 sindicatos, pertencentes a 9 federações, o movimento sindical em Santa Catarina está desarticulado. Em geral, o índice de trabalhadores filiados à sua entidade de classe varia de 20 a 30%, por categoria (exceção é a Fetaesc, Federação dos Trabalhadores na Agricultura, que abriga 190 sindicatos com 280 mil filiados, 85% dos trabalhadores).

Existem várias razões para essa pouca expressividade. Uma das mais importantes, certamente, é a falta de autonomia das entidades de classe, atreladas ao Ministério do Trabalho. Aliás, a legislação sindical brasileira é cópia fiel de um documento do ditador fascista Benito Mussolini, anterior a Segunda Guerra.

Exemplo típico dessa pouca autonomia são as constantes intervenções do governo, via Ministério do Trabalho, nos sindicatos mais combativos do país, capazes de organizarem greves e conquistarem importantes espaços na luta contra a hegemonia. Mesmo com essa ameaça, muitos sindicatos e federações têm realizado com êxito movimentos grevistas e obtido importantes vitórias. O que prova, por outro lado, que a simples legislação não é responsável pelo baixo número de filiados e da pouca atuação sindical.

Em Santa Catarina, então, o movimento sindical se reduz a um mero assistencialismo, isto é, praticamente se esgota na assistência médica, odontológica e farmacêutica, com poucas exceções.

Este imobilismo e a atuação meramente assistencialista desvia o sindicato de sua essência, ou seja, a defesa dos direitos dos trabalhadores, a fiscalização do exercício da profissão,

o encaminhamento das reivindicações e lutas da categoria.

Na maioria dos casos, os dirigentes sindicais catarinenses explicam que essas questões são discutidas nos encontros estaduais, seminários e outros eventos. Mas, na prática, questões, como o desemprego, arrocho salarial e custo de vida, não se transformam em lutas orgânicas das categorias. E as assembleias-gerais, instância máxima de decisão das categorias profissionais dentro dos sindicatos, acabam por outro lado, sendo conduzidas pela diretoria que influi significativamente em suas conclusões. E num sindicato que possui 20% de trabalhadores da categoria filiados, às vezes as assembleias-gerais não representam as necessidades de lutas da maioria do setor.

Neste sentido, a federação, por ser o órgão superior do sindicato, deve atuar como coordenadora das entidades sindicais, buscando formas de atuação que favoreçam o encaminhamento das lutas de cada sindicato e das categorias profissionais.

Final, a arrecadação financeira dos sindicatos, oriundas de três fontes (contribuição sindical, dissídio e mensalidades) deve ser usada não apenas para a política assistencialista, mas também para a construção de um sindicato que prime pela combatividade. Essa combatividade, contudo, somente será maior, em Santa Catarina, no momento em que os sindicatos comecem a filiar um número cada vez maior de trabalhadores, para o que é indispensável um programa de ação e uma atuação da efetiva defesa dos interesses de categoria. Que se situa no âmbito do trabalho e não no da assistência.

Embora os liberais — moderados e radicais —, os democrata-cristãos, os sociais-democratas, os socialistas e comunistas, estejam dentro do partido, a sua grande massa de filiados e militantes e mesmo parlamentares e dirigentes, se constitui ideologicamente amorfa. O elemento de ligação desta massa com o partido é o próprio caráter deste, ou seja, de oposição à ditadura e de democratização da sociedade.

O PMDB é o ponto de referência básico do regime e seu partido, por um lado, e dos outros partidos, por outro. Os primeiros o têm como ponto básico de referência ao enfrentarem-no com a oposição; os segundos, por contestarem-no como oposição. A primeira atitude é compreensível do ponto de vista da contradição principal da sociedade brasileira hoje, imperialismo-ditadura/povo-democracia; a segunda, do ponto de vista de interesses minoritários e de interpretações incorretas da realidade, basicamente expressos em carismas e linhas políticas inconsequentes.

Resumindo, pode-se claramente depreender que, pelo menos, ao nível do discurso, o PMDB expressa os interesses da imensa maioria da sociedade brasileira em contradição com o imperialismo e reflete os avanços da conjuntura e da massa da qual é expressão. Por outro lado, as forças sociais e políticas constituintes do partido não estabeleceram, nenhuma delas, uma hegemonia de grupo, mas hegemonizaram um discurso que exprime o avanço conjuntural da sociedade brasileira.

Enfim, por ser expressão do que vamos chamar de pólo

## A OPÇÃO KÜSTER

O programa nacional do PMDB, em cadeia de rádio e televisão, levado ao ar no último dia 23, foi uma agradável surpresa. Longe de constituir-se em "batidos" discursos, muito apropriados à fase pré-eleitoral, ou de tombar perigosamente em lugares comuns, o programa, no auge de aguda crise que o país atravessa, foi uma mensagem clara, concisa e coerente de otimismo. Dois importantes objetivos foram conseguidos: as propostas do Partido para superação da crise e a unidade mesma do Partido, que se afinou num momento crucial de sua existência. Muito a propósito foram deixados de lado regionalismos, tendências excessivamente moderadas e radicalismos inoportunos.

Pensamos que essa mesma unidade, essa clareza de propósitos e essa coerência programática devem nortear os rumos do Partido em novembro próximo, quando deverão ser renovados os diretórios regionais. É preciso reconhecer que o processo político, quando engajado em reformas estruturais amplas como as planejadas pelo PMDB, torna-se, pela própria essência da matéria, excessivamente dinâmico e versátil, requerendo novos rumos e novos "imperativos". Deixar de fazê-lo encerra o grande risco do "deixa estar como está para ver como é que fica", próprio do imobilismo dos partidos conservadores ou das políticas calculadamente acomodaticias. Evidentemente tal não é nem pode ser, o propósito de um partido como o PMDB, arauto da redemocratização e da transformação da sociedade civil, maculada e conspurcada em seus direitos. Mais ainda, Partido moderno e modernizador, que pretende ser de massa, sem ser "frente", acomodando dialeticamente em seu seio fraterno expressivas correntes do pensamento político-ideológico nacional, e repudiando a política menor, nivelada por baixo, vazia de propósitos integradores e verdadeiramente de cunho social, objeto via de regra, da ação nefasta dos "aprendizes de feitiçeiro".

O deputado Francisco Küster, muito oportunamente, teve seu nome lembrado para a presidência regional do PMDB catarinense. Sem dúvida, uma candidatura que nasce das bases, tendo a respaldo-la uma liderança que a cada dia mais se afirma, a par de uma irrepreensível conduta parlamentar. Antes de tudo homem de partido. Küster, se eleito, poderá com muita propriedade ser o fiel da balança diante da existência, hoje reconhecida, de expressivas tendências políticas, conduzindo de forma consciente e equilibrada os destinos do maior partido da oposição. É perfeitamente capaz para a difícil tarefa, e cremos ser Küster uma excelente lembrança. Seu nome fica aqui registrado como uma proposta de reflexão, equidistante dos antagonismos latentes (ou mesmo registrados), desservidores da causa nacional que o Partido abraçou por livre e democrática vontade de seus membros.

Küster evidentemente não é o único, entre a expressiva constelação de lideranças do Partido, em condições de assumir com responsabilidade a presidência do Diretório Regional. Outros companheiros marcaram profundamente a sua presença, em diversos momentos, obtendo o reconhecimento e o respeito do Partido e de seus militantes. Cremos, contudo, em função do específico momento que o PMDB catarinense atravessa, que o dinâmico deputado lageano é o que melhor encarna - para o bem de todos - o espírito e os propósitos partidários, acima de injunções de natureza não bem-especificada ou reconhecidamente declarada.

Como no programa do último dia 23, é preciso que, no momento atual (de magnitude importância no cenário nacional e no quadro estadual), haja clareza de objetivos, coerência programática e, sobretudo, espírito de luta. Tudo conduzido com extremo bom senso e uma boa dose de despreendimento pessoal. Afinal, é preciso convir que o adversário está mesmo é do outro lado da arena política e, do intermeio, o autoritarismo a que o PMDB se comprometeu derrubar. □ (Hélio Romito de Almeida)

negativo da contradição democracia-independência nacional/ditadura-dominância imperialista, se coloca como alternativa imediata de poder.

O eixo programático do PMDB, que pretende tornar-se um verdadeiro partido de massas, se desloca da luta pela constitucionalização do estado (sem abandoná-la) para uma luta maior, pela democratização da sociedade. Recentemente a dívida externa e seus efeitos destrutivos econômicos e sociais passa a centralizar a luta política, o que recoloca a questão da independência e soberania nacionais frente ao imperialismo e seus associados internos.

O PMDB, como o maior partido de oposição ao regime, já elaborou suas propostas contra a política recessiva do autoritarismo, consignadas nas palavras de ordem "não a recessão e ao desemprego", "pelá moratória" (negociada ou unilateral), pela rejeição da submissão ao FMI, pela retomada do crescimento e por eleições diretas a presidente da República.

João Carlos Silveira de Souza é sociólogo, militante do PMDB de Palhoça.

## QUEM COMEÇOU A GUERRA?

Por Bob Summerhill

Para entender a situação política e econômica da América Central e o recrudescimento do conflito armado entre exércitos e facções populares, é necessário desvendar a crescente influência do comércio internacional na região, e a postura política dos Estados Unidos desde a sua derrota no Vietnã.

Sempre considerada quintal dos Estados Unidos, a história da América Central oferece uma longa e rica lição sobre a luta antiimperialista que começa quase 200 anos atrás, no início do século XIX, com invasões dos Estados Unidos contra o México e Cuba. Desde então, os países da região são invadidos um depois de outro quase anualmente, ou pelas próprias tropas americanas ou tropas de mercenários nacionais, e as invasões continuam até hoje.

Vale a pena lembrar que as tropas americanas garantiram a supressão de distúrbios internos na Nicarágua colocando lá 2.700 soldados durante o período de 13 anos na época da Primeira Guerra Mundial. Outro evento notável na região foi o assassinato de Augusto Sandino em 1934, coincidente com a administração "progressista e liberal" do "New Dealer" Franklin Delano Roosevelt.

Nos anos 30, os Estados Unidos sofreram o colapso do sistema capitalista, fazendo imprescindível a manutenção da América Central dentro do quintal, dócil e trabalhadora, para contrabalançar pelo menos em parte as dificuldades econômicas internas. Isso foi o início da dinastia dos Somoza que não termina até a sua derrota em 1979 pela força do povo e o espírito ainda muito vivo do Augusto Sandino.

Olhando mais detalhadamente a história recente da região, o investimento estrangeiro e a dependência de capital financeiro do Banco Mundial e instituições privadas dos Estados Unidos e Europa assumem hoje os papéis principais no subdesenvolvimento da região.

Nos anos 70, empréstimos governamentais aumentaram mais 5 vezes para Honduras, 10 para El Salvador, Costa Rica e Panamá, e apenas três para Nicarágua. No mesmo período, a dívida externa tem crescido constantemente em relação à produção nacional de 13% até 40% em Honduras, 21% até 46% na Nica-

rágua e 14% até 29% na Costa Rica.

A concentração da terra é um fato consumado, estimulada pela mecanização da agricultura com um crescimento desequilibrado de tratores e projetos de irrigação que dão apoio às grandes plantações e inevitavelmente enche as cidades com desempregados e miséria. Aliás, para sustentar um nível adequado da taxa de lucro nesses novos empreendimentos industriais, os salários em termos reais têm caído ao longo da década de 70 em quase todos os países da região.

De um lado, frente da miséria da América Central e da inchação das cidades por grandes concentrações de desempregados, a região como fonte de matéria prima e mão-de-obra barata assume uma nova relevância na estratégia política e econômica dos Estados Unidos. Por outro lado, o gigante americano entra em fase de plena decadência política e econômica em função da sua derrota desmoralizante no Vietnã e do enfraquecimento da sua hegemonia capitalista pelos desafios tecnológicos e comerciais da Europa e Japão.

Perdendo a batalha da geopolítica, os Estados Unidos precisam mais do que nunca assegurar pelo menos o seu próprio quintal e de manter relações econômicas com a região que não atrapalhem o suave funcionamento da sua economia.

Tudo indica que as tentativas dos Estados Unidos de sustentar ditadores e de promover políticas repressivas não vão parar com a saída de Reagan da Casa Branca, substituindo até por um democrata "progressista e liberal".

Alguns observadores dizem que é literalmente impossível a continuação da política americana na América Central a não ser que sejam eliminadas massas inteiras da população hoje organizadas e combatentes, repetindo os períodos de repressão que ocorreram depois da queda do governo de Arbenz na Guatemala e o massacre de 4% da população de El Salvador em 1932.

No final das contas, a miséria e o desemprego não têm nada para perder numa guerra civil, e o conflito seguramente vai crescer.

Bob Summerhill é norte-americano. Atualmente leciona na UFSC.

# DEVO E NÃO PAGO

**Agora é a vez do dono da casa: 4 mil mutuários na Justiça para não pagar o aumento de 130 por cento.**

O BNH está no banco dos réus: mais de quatro mil mutuários catarinenses entram com ação na Justiça, para não pagar os 130 por cento do aumento decretado em julho pelo governo. Instituição criada pelo regime autoritário imposto ao país depois de 1964, o BNH fugiu totalmente de seu objetivo, beneficiar a população de baixa renda, destruindo o sonho da casa própria, e tornando-se palco de todo tipo de negociatas.

Para enfrentar a corrupção de alguns escalões do governo (vide escândalo BNH/Delfim, em que o banco aplicou 60 bilhões para ajudar a empresa comprando um terreno que valia apenas 10) só mesmo a organização dos mutuários. O presidente da Associação dos Mutuários do BNH, seção catarinense, Paulo Estrella, afirma que "em Florianópolis já foram ajuizados mais de 4 mil processos por parte dos mutuários". O valor dessas prestações vem sendo depositado na Justiça Federal, de acordo com o reajuste do Plano de Equivalência Salarial, bem inferior aos 130% determinados pelo BNH".

Destaca que "existem cerca de 100 processos de devolução do imóvel na justiça, exigindo indenização do BNH e dos agentes financeiros. Essas devoluções se dão em virtude do desespero dos mutuários, que não têm mais como pagar seu imóvel, como no caso de José Serafim Schmidt, de Fraiburgo, que nos dois últimos anos teve seu imóvel reajustado em 900%".

## SPC É AMEAÇA

Estrella denuncia que "além dos 130% que vêm sendo cobrados, existem problemas na construção, de inoperância do BNH

em Santa Catarina, da máfia dos agentes financeiros e da grande armadilha da Companhia Seguradora, a Farroupilha-Cia. Nacional de Seguros.

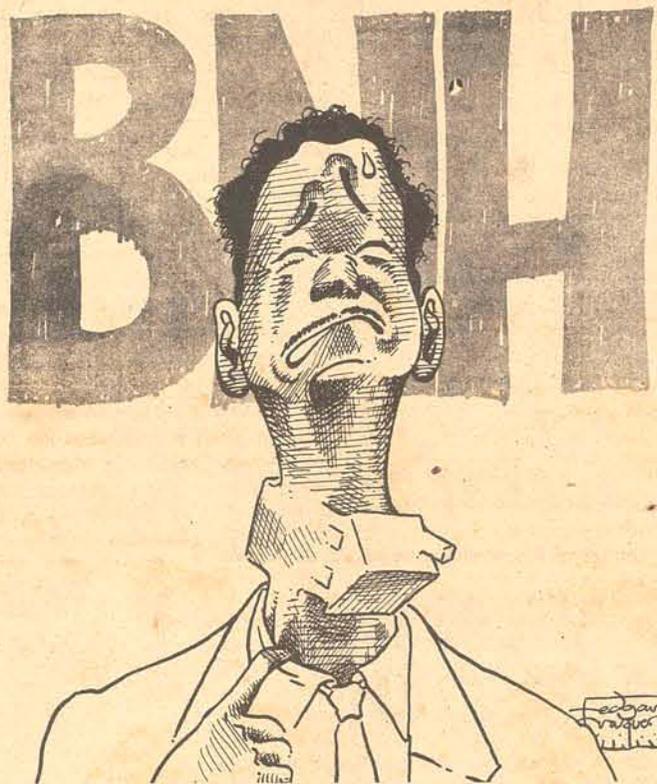
As construtoras utilizam material de péssima qualidade nas obras, não cumprem o memorial descritivo e entregam uma área construída que é sempre menor do que a vendida. O BNH não tem um departamento para fiscalizar as construções e muito menos os agentes financeiro, incluindo a seguradora, que só fornece a negativa de cobertura de sinistros, como aconteceu nas enchentes. Um exemplo: o caso dos conjuntos habitacionais construídos pela Cohab-SC, cujos moradores até agora não tiveram cobertura do sinistro e muitos deles continuam morando em barracas."

Até agora, continua Estrella, "a Cia Seguradora só soube dar cobertura aos funcionários aposentados da Assembléia Legislativa, liberando seus imóveis". Lembra as promessas feitas pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, quando de sua última vinda ao estado, e que nunca foram cumpridas, como a da Circular 11/83 do BNH, que daria direito aos mutuários a uma moratória de 120 dias, a partir de julho.

Hoje, os mutuários que perderam suas casas estão sendo ameaçados de terem seus nomes incluídos no SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) como clientes negativos, impedindo-os de comprar a prazo no comércio.

## AGENTES INESCRUPULOSOS

A máfia dos agentes financeiros é outra denúncia apresentada pelo presidente



da Associação. "Como exemplo, citamos os conjuntos residenciais Lar Brasileiro e Abdon Fôes, em Itajai. Nesses conjuntos obrigaram os mutuários a assinarem procurações em branco e termo de recuperação dos imóveis para Félix Fôes, diretor da construtora Lar Brasileiro, e para Renato John, presidente da Apesc, para que eles recebessem diretamente da seguradora as indenizações em nome dos mutuários."

Mais chumbo do presidente da

Asmuth-Bras em Santa Catarina: a irregularidade cometida pelos agentes financeiros com relação à restituição do benefício fiscal do decreto-lei 1358/74 no abatimento das prestações da casa própria. Paulo Estrella diz que o lesado continua sendo o mutuário, como no caso de Renato Mauro Scharamm. Desde 1981 ele vem sendo lesado pelo Bamerindus. Agora vamos fazer levantamento e denunciar os outros agentes financeiros".

# DRAGANDO PROMESSAS

**Há 500 engenheiros catarinenses desempregados, mas governo entrega obras à empresas de fora.**

As promessas pré-eleitorais do governador Espiridião Amin, de dar força às empresas catarinenses, parecem não ter passado de um simples exercício de retórica e de oportunismo populista, característica maior, até aqui, de seu governo.

Agora, no episódio da dragagem e retificação do rio Itajai-Açu, entre Blumenau e Itajai, o presidente da Associação Catarinense dos Engenheiros, Aníbal Borim, além de lamentar a inexistência de um projeto definido com relação às obras, estranha que não tenha sido aberto edital de concorrência e as obras sejam entregues às empresas de fora do estado.

Embora considere urgente algumas das medidas que vêm sendo tomadas, como o desassoreamento do rio, Aníbal Borim lembra a existência de quase 500 engenheiros desempregados em Santa Catarina e que "o recebimento de recursos, por parte das empresas daqui, permitiria uma melhoria em tecnologia e o investimento financeiro dentro do próprio estado, que mais do que nunca precisa recuperar-se dos prejuízos causados pelas últimas inundações". Para o presidente da ACE, "a entrega das obras para empresas de fora, em detrimento das catarinenses, demonstra também, falta de sensibilidade política por parte do governo".

## PROTESTO

Nesse sentido, a ACE já enviou telex ao ministro do Interior, Mário Andreazza, manifestando sua indignação pela forma como vêm sendo conduzidas as obras. Decisões como essa, frisa Borim, "sempre prejudicam a economia de Santa Catarina, impedindo seu reaquecimento". Ele

ressalva, contudo, que em reunião no último dia 16 de setembro, no Rio de Janeiro, com o diretor-geral do DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento), José Reinaldo Tavares, este garantiu a participação das empresas catarinenses nas obras de retificação do Itajai-Açu. As obras, atuais são apenas de emergência, e que, conforme compromisso estabelecido na reunião, os engenheiros de Santa Catarina participarão do "grosso" das obras que ficarem a cargo do DNOS.

"Os engenheiros catarinenses não deixarão de lutar para obter uma participação cada vez maior nas obras realizadas dentro do estado".

## FALTA PROJETO

Na verdade, tanto o governo federal quanto o estadual têm feito das enchentes, uma lamentável bandeira de promoção do que seria, evidentemente, sua obrigação primeira: a segurança e o atendimento à população civil.

Sem falar na duvidosa aplicação das doações e verbas recebidas para os flagelados, estes governo estão empenhados num projeto que não chega a ser propriamente um projeto. É mais um apressado impulso pós-enchente de corrigir o que deveria ser prevenido muito antes dela correr: as obras de dragagem e retificação do Itajai-Açu.

Nas afirmações do Ministro do Interior, Mário Andreazza, de que as obras dariam maior vazão à água e evitariam novas inundações, o estranhável é que, contrariando todas as regras de organização seriedade e responsabilidade, o encaminhamento das obras está sendo feito

## Evaristo Dias Macedo

sem um projeto final de engenharia. E sem experimentação em laboratório, o que pode determinar que os 14 bilhões de cruzeiros a serem aplicados tenham um destino inútil.

## ADVERTÊNCIA

O professor Daniel José da Silva, do Departamento de Engenharia Civil da UFSC, adverte que "a dragagem de jussante para montante (sentido foz-cabeceira) do Itajai-Açu, como se pretende fazer, determinará uma eficiência final menor, podendo causar novas inundações e ainda piores das já ocorridas". Silva, que é professor de Hidrologia e Controle de Enchentes, especialista em Hidrologia e Recursos Hídricos, considera "lamentável que não exista um projeto final de engenharia, que seria o primeiro passo para o início das obras". Em sua opinião, os trabalhos de retificação do Itajai-Açu, "antes de serem implantados na prática, devem ser experimentados em laboratórios, através de um modelo reduzido de morfologia fluvial". Salienta que "o custo deste modelo reduzido é de 2 a 5% do valor das obras, evitando a aplicação de uma verba de 14 bilhões de cruzeiros sem segurança de que obtenha bons resultados".

Afora isto, a construção de um canal de escoamento, que iniciaria na Barra de Luis Alves, seguindo até o município de Piçarras, pode trazer sérios problemas para essa praia. Além da inexistência de um projeto que assegure um canal de escoamento com bons resultados, a própria obra poderá encarregar-se de comprometer a natureza e a utilização da praia de Piçarras.

# FARMÁCIA GANHA A BRIGA

**Senado aprovou lei que garante direitos de farmacêuticos e bioquímicos.**

Vitória da mobilização popular. Os farmacêuticos e bioquímicos conseguiram a aprovação do substitutivo que garante a categoria exclusividade na realização de exames de laboratório, campo disputado também pelos biomédicos. Na UFSC, 540 estudantes de farmácia estiveram em greve desde 12 de setembro, em vigília pelo substitutivo, finalmente aprovado em 28 de setembro, no Senado.

Durante a greve, os estudantes da UFSC, dentro da paralisação nacional, emitiram documento analisando o quadro nacional do ensino farmacêutico, denunciando o interesse da indústria estrangeira em monopolizar o nosso mercado. Eis o documento:

"Os interesses escusos para a aprovação do Projeto Biomédico refletem a política econômica que beneficia, acima de tudo, a ingerência do capital estrangeiro na indústria farmacêutica e na péssima formação do nosso profissional nos bancos universitários.

O ensino legado por nossas instituições referenda a ideologia dominante, ou seja, o autoritarismo e a arbitrariedade para que o atual sistema político e econômico seja perpetuado. Para tanto, a formação do farmacêutico encontra-se qualitativamente comprometida, condicionando o e limitando os aspectos da pesquisa e da tecnologia nacional, não lhe dando direito a qualquer ques-

tionamento no que diz respeito aos interesses acobertados pelo Ministério da Educação e Cultura.

O que se sentia nos diversos ataques à Farmácia e Bioquímica era a concretização de um desejo antigo do ex ministro da Educação, Jarbas Passarinho, ou seja, a extinção deste curso, já que o mesmo não serve aos interesses imperialistas que norteiam a vida econômica do nosso país. Interesses estes que podem ser detectados numa análise da indústria farmacêutica no Brasil, que claramente sofre as mesmas dificuldades e tem semelhante trajetória da industrialização como um todo.

A particularidade que encerra é o fato de que, até a entrada do capital estrangeiro, havia uma indústria nacional que atendia razoavelmente o nosso mercado, e de que hoje é um dos setores onde o capital estrangeiro tem maior participação (90% da produção). Após sua entrada no Brasil, a indústria multinacional monopolizou o mercado, vedando a participação do farmacêutico na fabricação de medicamentos.

A classe farmacêutica entende que são necessárias mudanças na dinâmica estrutural do país, que servirão de engodo para que o profissional farmacêutico tenha uma formação adequada que atenda aos anseios da população brasileira".

## DEU NO JORNAL I

### ELEMENTAR

Qualquer detetive que se dispusesse a investigar o paradeiro dos 17.190 certificados de ORTNs (Cr\$ 92.582.589,60 ao preço de hoje) sumidos do cofre do DAE, faria de imediato a si mesmo uma pergunta: com quem estava a chave do cofre do DAE.

— Elementar, meu caro Watson — diria Sherlock Holmes.

\*\*\*

A propósito, no *Senadinho* as ORTNs furtadas já são conhecidas como as catarinetas.

## DÃO, MAS TIRAM

Inúmeras agências bancárias estão utilizando os recursos do "crédito de manutenção" para pagamentos de outros débitos de financiamentos que, eventualmente, os agricultores possuem junto ao banco.

O Crédito de Manutenção, também conhecido como Crédito de Emergência, com juros especiais, foi criado visando beneficiar os pequenos agricultores, cujas famílias foram assoladas pelas enchentes (sem condições de sobrevivência) e para possibilitar sua volta à produção e à obtenção de rendas.

Com juros subsidiados de 60% ao ano, o Crédito de Manutenção permite que cada pessoa possa usufruir de Cr\$ 50.000 ou de Cr\$ 300.000 por família.

Segundo Anselmo Hess, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina (Aeasc), várias denúncias feitas por agricultores dão conta do desvirtuamento do Crédito de Manutenção "as agências bancárias fazem com que este crédito sirva para pagar outros débitos vencidos ou ainda por vencer, para resolverem os problemas do banco e não do agricultor. Além disso, criam muitas dificuldades na liberação deste crédito (por falta de pessoas na área) estão aceitando a contratação apenas até o mês de setembro e outubro, fazendo com isso, com que se perca a oportunidade de crédito, porque estes recursos seriam para a safra que começa agora".



## O VENTO LEVOU

Um vendaval passou por Garopaba, em maio, destruindo barcos e casas de pescadores.

Depois foi a vez do governador Amin passar pela cidade, prometendo mundos e fundos para ajudar na reconstrução. Foi um vendaval de promessas, só que não cumpridas. Até agora o pessoal tá esperando qualquer ajuda. Foi a primeira vez que, depois de uma tempestade, veio mais tempestade.



## PREFEITURA FAMILIAR

Para espanto dos telespectadores do jornal do almoço da TV Catarinense, o prefeito de São José, Germano Vieira, do PDS, confirmou frente à Câmara: está alugando, por Cr\$ 500 mil mensais, uma garagem de propriedade de seu irmão para guardar os veículos oficiais do município.

Como se não bastasse a consumação desta despesa imoral repassar dinheiro público para o bolso da família - Germano Vieira ainda está fazendo um gasto desnecessário: a Prefeitura Municipal de São José dispõe de uma garagem, ao lado da Prefeitura, com todas as condições físicas necessárias para alugar a frota da municipalidade.

Ao lado de vivaldices deste calibre, Germano Vieira também apresenta temas aparentemente inqualificáveis: mandou queimar grande quantidade de donativos feitos aos flagelados e jogar fora, no Pasto do Gado, localidade de São José, centenas de pares de sapatos também recolhidos nas campanhas benemerentes. Segundo a Ladesc, a ordem partiu realmente do prefeito • josefense.

## DEU NO JORNAL II

### E A PONTE?

Já faz algum tempo que não mais se tem notícias a respeito dos trabalhos de restauração da Ponte Hercílio Luz.

É voz comum entre a população: a ponte será reaberta? Sobre ela passarão apenas pedestres ou também veículos? As condições de segurança serão as mesmas de antes da interdição?

De perto ou de longe, a velha ponte mantém seu majestoso visual, que a todos encanta, deslumbrando os turistas que aqui aportam.

Uma informação atual sobre os trabalhos que se realizam na Ponte se faz necessária para tranquilidade de todos.

## AGIOTAGEM

Até passar adiante o dinheiro arrecadado na campanha de auxílio aos flagelados - Cr\$ 1 bilhão e 800 milhões - a Ladesc, dirigida pela esposa do governador Amin, havia aplicado Cr\$ 63 milhões em material (papel, lápis de cor, etc) para a campanha de destigmatização das crianças atingidas pelas chelãs. O restante, até o dia oito de setembro, estava rendendo juros no "over night" uma forma sofisticada de agiotagem, segundo a afirmação de uma assessora da primeira-dama. Quem recebeu a verba foi a Secretaria da Reconstrução, que tratou logo de dar novos critérios e diretrizes na aplicação do dinheiro, uma vez que nem o oficialismo mais deslavado poderia compactuar com atitude tão irresponsável na gerência de dinheiro público. Enquanto milhares de pessoas continuavam passando dificuldades e a Ladesc jogava com o dinheiro no mercado de capitais, uma outra despesa era feita por esta instituição oficial: o pagamento de Cr\$ 855 milhões a voluntários para trabalhar, ou seja, já não era mais voluntários. E a Secretaria da Reconstrução mostrou que é mais um órgão centralizador das decisões e dos recursos públicos. Da verba arrecadada como donativos, de Cr\$ 1 bilhão e 819 milhões, apenas 20%, ou seja, Cr\$ 363.844.189 foram destinados aos 75 municípios atingidos diretamente pelas enchentes.

## BURRICE

O Brasil exporta minério de ferro e importa chapas de aço; exporta bauxita e importa alumínio; exporta cristal de rocha e importa filamentos eletrônicos; exporta celulose e importa papel.

Ou seja, exportamos as matérias-primas para serem beneficiadas lá fora e depois importamos os produtos acabados.

Compreende-se assim por que o Banco Central define como "normal" a venda de ouro das nossas reservas no mercado internacional para obter dólares e pagar as importações.

É mais uma simples operação de transformação.



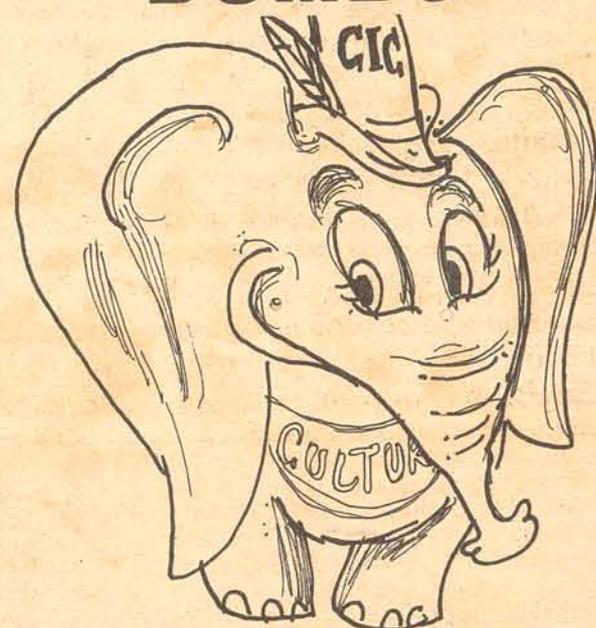
## TURISMO ELEITORAL

Mais uma representação criminal do PMDB de Criciúma contra o ex-prefeito Altair Guidi, do PDS. Desta vez a Justiça examinará o trambique da troca das taxas de embarque por passagens, utilizadas durante a última campanha eleitoral.

O presidente municipal do PMDB, Lirio Rosso, diz que o ex-prefeito autorizou permuta com as empresas Santo Anjo da Guarda e Auto Viação Catarinense. Esta tem à sua disposição um total de 10 mil taxas de embarque que foram trocadas por passagens dos percursos Criciúma-Curitiba - São Paulo.

O advogado Gilson Gomes, que encaminhou a ação, diz que "é necessário que se apure, através de meio idôneo, a responsabilidade penal do representado, a fim de que preste contas de seus atos à sociedade, fruto do egoísmo e da ganância, que é causa de todos os atos criminosos deste tipo".

## DUMBO



Cada administração tem o elefante branco que merece, já se ouviu em algum lugar. E ao ex-governador Henrique Córdova coube a honrosa tarefa de inaugurar o maior elefante branco da cultura catarinense dois dias antes das eleições: o Centro Integrado de Cultura, em Florianópolis. Aos menos informados, ele inspira a "grande participação dos catarinenses nos órgãos culturais", prevista por Amin em sua plataforma pré-eleitoral.

Ao contrário, hoje o CIC representa uma área de 10 mil metros quadrados completamente inúteis. A administração possui relatórios dando conta que nosso elefante abriga a burocracia da Fundação Catarinense de Cultura (grande ato cultural!), uma escola de música e outra de arte, ambas semanais. Além de esporádicas exposições de arte, que jamais ocuparam sequer dez por cento da área útil.

O teatro do CIC foi utilizado por três ou quatro vezes e precariamente, pois depende de uma iluminação avaliada em 400 milhões. São as presas de marfim do elefante, que custam 1/5 de seu preço total. A biblioteca ainda está sem data prevista e o espaço reservado à dança foi revestido de borracha aderente, impossível de realizar exercícios deste naipe.

O destino do teatro entretanto, é o pior possível. Pode virar "palco" de convenções de empresários bem-sucedidos, devidamente financiados por nossa Embratur. A proposta é do Birô de Promoções, da Secretaria de Turismo. Incrementar o turismo, segundo entendem as autoridades, passa pela realização destas privilegiadas convenções em nosso Estado.

## DEU NO JORNAL III

### CHAPÉU ALHEIO

Ao que se comenta, um determinado órgão da administração pública que é réu em ação judicial contratou para sua defesa um conhecido advogado estabelecido em São Paulo. Os honorários, ao redor de Cr\$ 10 milhões, estão sendo pagos através de recursos repassados pela ré a duas fundações bastante conhecidas da classe política.

A mecânica desse repasse é inédita e a pergunta que se faz é como será feita a prestação de contas e, também, como vai ser explicada a participação das fundações, que nada têm a ver com o processo.

\*\*\*

O fato exala um odor muito ruim ao nariz do tão sacrificado contribuinte de impostos públicos.

## IMPUNIDADE

Confirmada mais uma tradição da história política e administrativa deste País: quando a corrupção se torna "transparente" e não há mais como escondê-la, instaura-se uma "sindicância interna", que deveria apurar "rigorosamente" os fatos e punir os responsáveis, mas que nunca apura

nada. No caso Bescrì, a comissão de sindicância nomeada por Carlos Passoni, composta por três notáveis (e confiáveis), investigou "rigorosamente" os fatos e concluiu que nada aconteceu. Fica restaurada a moralidade, mas os cofres públicos continuam sendo saqueados.

## FOI ELE!

Para quem já esqueceu: a Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio (COBEC) está quase falida (rombo apontado em balanço de 200 milhões de dólares), devendo 161 bilhões (é, bilhões, quase cinco vezes mais do que o governo federal prometeu para reconstruir Santa Catarina), tomados em agências bancárias brasileiras no exterior, em dólares, ajudando a sangrar nossa economia.

Sabem como é que a COBEC conseguiu este incrível desempenho?

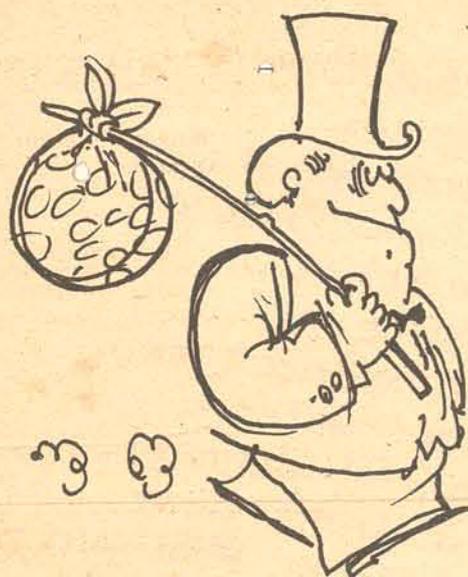
Tudo começou na gestão de um catarinense, Paulo Bornhausen, irmão de Jorge, que até pouco tempo dirigiu o nosso sistema financeiro (CODESC); com grande susto pra todos. Depois que Bornhausen largou a presidência da COBEC foram apuradas dezenas de irregularidades e vários homens que Paulo nomeara em cargos de confiança foram demitidos, acusados de fraude. De lá pra cá, foi uma bola de neve, até a falência técnica da empresa, conforme publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, em agosto.



## HAJA GASOLINA

Entre as medidas moralizadoras-de-impacto (aquelas que o governo anuncia com estardalhaço e depois não cumpre) estava uma que retirava de funcionários das estatais o direito a carro com motorista (muitos tinham este "direito"), deixando o privilégio só para os presidentes (na certa seriam os "pequenos", mencionados como os únicos a serem privilegiados na tristemente célebre "Carta aos Catarinenses").

Pois bem, dias atrás, o vigilante jornal O Estado, em sua coluna "Informe", ao dar mais uma badalada no governador revelou: os diretores das empresas estatais "trafegam com a maior sem-cerimônia nos veículos oficiais alguns dos quais dando-se ao conforto de cruzar avenidas da cidade queimando a gasolina pública, conduzindo grupos álacres de senhoras e crianças".



## ÁGUA E VINHO

Arno Batschauer era a principal figura do secretariado de Amin.

Arno Batschauer é honesto.

Arno Batschauer é competente.

Arno Batschauer deixou a iniciativa privada para dedicar-se ao Estado.

Arno Batschauer pediu demissão da Secretaria da Fazenda e saiu dizendo que o governo deve ser austero na aplicação do dinheiro público.

Sendo tudo isto e dizendo coisas assim, até que durou demais no governo Amin.

## MÍNIMO MINIMORUM

Nunca o salário mínimo no Brasil esteve tão baixo. O cálculo é do ex-diretor técnico do IBGE, Marco Antônio de Souza Aguiar, afastado por discordar com a manipulação de dados estatísticos inspirados por Delfim Netto. Segundo ele, "o reajuste salarial aplicado de acordo com o decreto-lei 2.045

levou o salário mínimo ao nível mais baixo de poder aquisitivo de sua história, comparado somente ao que tinha no final do governo Dutra".

O salário mínimo, para Marco Antônio, representa hoje, depois da vigência do decreto-lei, cerca de 40% do poder de compra que tinha na

época de sua criação e, seguramente, por volta de 35% do máximo poder aquisitivo que já teve durante o segundo governo Vargas. Esta situação piora, se for considerado que para o cálculo não foram considerados os expurgos do INPC pois sobre os quais não existem qualquer controle.

## PROFECIA

O presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Chapecó, Euclides Antonio Badin, previu que o país entrará em convulsão social se a política salarial do governo não for reciclada e direcionada para a recuperação do poder aquisitivo do trabalhador. A declaração do sindicalista foi feita após analisar o acordo coletivo de trabalho firmado entre os Sindicatos dos Comerciantes e do Comércio Varejista.

## ARQUITETOS CONDENAM

"Nem a seca nem as chuvas são desculpas para justificar a miséria e a fome de milhões de brasileiros: só em São Paulo, por exemplo, onde não ocorrem estes fenômenos, há mais de três milhões de pessoas abandonadas, morando em favelas e cortiços". Este é um dos muitos trechos duros do documento final do encontro nacional de arquitetos realizado em Florianópolis, em setembro, promovido pelo Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).

O documento também acusa o BNH de "elevar as prestações (da casa própria) à cifras impraticáveis para os mutuários". E conclui com uma forte condenação da política urbana do governo, "que atende os reais interesses da população. Na verdade, existe um sistema financeiro (o Sistema Financeiro da Habitação), para o qual o homem é uma máquina, o espaço construído uma mercadoria e a realidade urbana está à mercê dos especuladores".

# O BESCÂNDALO

O caso das propinas na BESCRI. A CPI do BESC. O Procape na berlinda. A sujeira na mais importante instituição financeira de Santa Catarina.

## Ildefonso Morais

Não terá sido com o "escândalo da Bescrri" que vieram à tona o mar de lama e a corrupção desenfreada que imperam no sistema financeiro estadual. O que o público tomou conhecimento através das denúncias apresentadas contra Francisco Grillo e Carlos Roberto Amorim foi apenas uma partícula, muito ínfima, de um gigantesco emaranhado de falcatruas e negociações praticadas impunemente há vários anos e zelosamente camufladas pelos seus beneficiados - os integrantes do PDS encarregados pelo governo de gerir o dinheiro público.

Comprometedoras ao extremo e com desdobramentos imprevisíveis, estas questões são sempre mantidas em sigilo e não iriam ser o cauteloso Presidente do Besc e da CODFSC, Carlos Passoni Júnior, cujo comportamento irregular no passado lhe valeu um veto do Banco Central ao ser indicado para a presidência do Banco do Estado - que iria cometer a imprudência de permitir que vazassem. A não ser que isto lhe fosse conveniente.

### NO VENTILADOR

É foi exatamente o que ocorreu. Na verdade, o "escândalo de Bescrri" não passa de uma trama urdida para desestabilizar homens de confiança da dobradinha Jorge/Córdova com importantes cargos públicos pelos integrantes da corrente que apoia o governador Esperidião Amin (da qual Passoni faz parte), como desforra por golpes sofridos anteriormente na sucessão de rounds que vêm caracterizando a disputa intestina travada desde março pelas duas facções dentro do PDS.

Ainda amargando o veto do Banco Central ao seu nome, o que quase lhe custou o cargo - "alguém" desengavetou a ficha pouco recomendável de Passoni e submeteu-a à presidência do Banco Central, que até hoje não o recebe - O Presidente do BESC arquitetou uma vingança rápida, eficaz e com a vantagem de não respingar no sistema do qual faz parte. Conseguiu uma denúncia inconsistente e confusa, alardeou o fato aos quatro ventos e constituiu uma comissão para apurar a veracidade das acusações - dando, ardidamente, o tempo suficiente para que o peso das acusações se tornasse insustentável. Ao final, o sistema financeiro saiu incólume, rolaram duas cabeças inimigas e sobramos os vagos dois cargos chave para preencher com gente da sua confiança.

### MAIS LAMA

O revide não tardou: no dia 31 de agosto o líder do Governo na Assembleia, Moacir Bertolli, "comunicou" em plenário o desaparecimento misterioso de Cr\$ 90 milhões em ORTNs do cofre do Departamento Autônomo de Edifica-

ções (DAE), órgão vinculado à Secretaria dos Transportes e Obras, território de Esperidião Amin.

A bomba foi detonada pelo comentarista Moacir Pereira no seu quadro do Jornal do Almoço, na TV Catarinense, ao revelar que Carlos Passoni teria em seu poder uma denúncia formalizada pelo empresário Zung Che Chu, diretor da construtora Gabarit, que acusava os presidentes da Bescrri, Francisco Grillo e da Besc-Financieira, Carlos Roberto Amorim, de exigirem propinas para a liberação de financiamentos a empresas particulares. Amorim teria, de acordo com a denúncia, recebido um cheque de Cr\$ 3,5 milhões de Zung Che Chu.

Personagem misteriosa, que sempre fugiu da imprensa, Zung Che Chu - coreano naturalizado brasileiro - conseguiu confundir ainda mais o meio de campo ao retificar a denúncia dias depois, sempre por escrito, isentando Grillo e Amorim das acusações iniciais, feitas, segundo ele "sob pressão dentro do BESC". Por mais nebulosa que possa parecer, a história inegavelmente serviu para atestar a existência de um mar de lama no sistema financeiro estadual e assim que a notícia ganhou as ruas, Amorim pediu sua exoneração, aceita pelo governador, Francisco Grillo - genro do ex governador Aderbal Ramos da Silva - decidiu conservar, pelo menos por mais algum tempo, sua cobiçada cadeira.

### IMPUNIDADE

Estávamos em fins de agosto e o episódio prometia morrer na casa, como sempre acontece por estas paragens quando é o bom nome e a honradez de personalidades do PDS que estão em jogo. Passoni Júnior, porém, destoando do laconismo que lhe é peculiar sempre que é procurado pela imprensa para esclarecer aspectos duvidosos relacionados com os órgãos que dirige, mostrou-se parlante e prolixo nos dias que se seguiram, não poupando detalhes do caso, ao mesmo tempo que anunciou a constituição de uma Comissão de Sindicância de "alto nível" para apurar a veracidade das denúncias.

Este comportamento desagradou o presidente da BESCRI que, na manhã de 5 de setembro, sem condições de continuar no cargo, entregou uma carta renúncia ao governador na qual crítica acidentemente "o comportamento inexplicável" de Passoni Júnior, "remetendo às ruas, açodada e deliberadamente, acusações por ele mesmo reputadas, em nota oficial, como inverídicas", que lhe teriam atingido "a honra e o orgulho funcional". Na mesma carta, Grillo informa o governador que solicitou da agência regional do BNH uma auditoria geral na Bescrri e a sua intenção de ado-

tar medidas judiciais contra os seus detratores. Desabafa, no final, que "se o apetite político de alguns a tudo justifica, a mim repugnam-me os métodos adotados por aqueles que barateiam a honra alheia por não prezarem a sua própria".

### LAMA, OUTRA VEZ

As farpas, aparentemente dirigidas a Passoni, destinavam-se, na verdade, a uma audiência bem mais ampla. Ao deixar o cargo, dias antes, Carlos Roberto Amorim atribuiu o episódio a uma manobra nitidamente política, destinada a desestabilizar a corrente Córdova/Bornhausen, da qual ele, Amorim, fazia parte. Com Grillo, também caíram o vice diretor de Operações da Bescrri, Wilson Filo-

meno, o Diretor-Financeiro, Lâncio Pedro da Luz, e o Diretor Administrativo, Ado Guimarães. Posteriormente, os três foram reaproveitados, em outras funções, sempre dentro do sistema financeiro. Mais tarde, à boea pequena, circulou a versão de que teria sido o próprio Wilson Filomeno, sob as ordens de Passoni Júnior, que tramara a cama de gato para Francisco Grillo. Este, indagado a respeito, não desmentiu.

Durante as quase três semanas em que o "escândalo Bescrri" dominou o noticiário, transformando-se no assunto do dia em todas as rodas, Amin evitou fazer comentários, respondendo com evasi-

vas a todas as perguntas. Argumentava que preferia esperar pela conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância. Ao divulgar seu relatório final, no dia 12 de setembro, a Comissão de Sindicância pouco acrescentou ao que já se sabia, mas conseguiu tornar o episódio ainda mais nebuloso.

### CULPADO

Zung Che Chu voltou a desmentir a acusação diante dos membros da comissão, explicando que os Cr\$ 3,5 milhões pagos a Amorim dizem respeito a uma transação particular. Esta versão foi aceita como definitiva - observa o relatório, embora o empresário, sempre de acordo com o relatório da comissão,

"não declinou com clareza os motivos que o levaram a assinar a acusação" reconhecendo, apenas, "que serviu de instrumento para fins políticos".

Sem conseguir apurar qualquer prejuízo para as instituições do sistema financeiro, a Comissão concluiu que, mesmo assim, "é inegável que Carlos Roberto Amorim, ao tentar a cobrança de um título diretamente à devedora - a construtora Gabarit -, que operava com o mesmo sistema financeiro, agiu de forma incompatível com o cargo de confiança que exercia, e, também, contrariante à ética bancária". O nome de Francisco Grillo nem sequer foi citado pela Comissão.

Besc faz pressão e demite mais de 20 funcionários



Bessa não assinou "termo de acordo". Foi demitido.

Mais de 20 funcionários do Besc já foram demitidos por terem se negado a aceitar as pressões da direção daquele banco que resolveu acabar com o pagamento das gratificações, "um direito adquirido há mais de 21 anos", conforme denunciou o presidente do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, Ilson Ulmer Dias. O Sindicato já entrou com várias ações individuais e coletivas contra o Besc para que pague todos os direitos adquiridos dos trabalhadores bancários. Carlos Alberto Bessa Vieira, um dos demitidos, confirmou ontem na sede do Sindicato as pressões que os funcionários estão recebendo para assinarem "termo de acordo" onde concordam com a extinção das gratificações antigamente pagas aos empregados do banco. Quando Carlos Vieira retornou de uma viagem, no dia 31 de maio ficou sabendo que estava demitido. Não ganhou a gratificação a que teria direito e ainda ouviu da direção do banco: "se quiser receber, procure a Justiça". E foi exatamente o que o funcionário demitido fez, entrando com uma ação na Junta de Conciliação e Julgamento. Segundo Ilson Ulmer Dias, presidente do Sindicato dos Bancários, "estes casos estão aumentando dia-a-dia e só não são maiores porque muitos estão com medo

de perder o emprego". Citou o caso da demissão do Chefe do Setc de Caixas do Besc, "que por mais de cinco vezes foi chamado à direção para entrar num acordo e assinar a concordância com a proposta apresentada pelo banco. Como negou-se a fazer, foi demitido". O Sindicato está encaminhando à Justiça também vários ofícios aos funcionários e gerências das agências, orientando-os sobre como proceder. Aos funcionários explicam que a extinção das gratificações "é fato consumado" e que irão pagar a cada empregado um mês de salário, em valor idêntico à menor remuneração para no primeiro trimestre de 1983; 20% de reajuste salarial tomando por base o mês de junho/83, sendo 10% a partir de julho e 10% a partir de janeiro/84, "se no semestre em curso ocorrer lucro, ou, em julho/84 se o balanço deste semestre acusar situação deficitária. Este ofício remetido aos funcionários é assinado pelo Presidente do Besc, Carlos Passoni Júnior e pelos diretores Antônio Carlos Vieira, Júlio Cesar Garcia, Luiz Alberto de Cerqueira Cintra, José Orlando Battistoti e Genésio Mazon. Finalizando um acordo para receber as mencionadas. Além disso, os funcionários se comprometem a retirar eventuais ações trabalhistas em curso na Justiça.

Escândalos. Propinas. Demissões. Guerra interna. Prejuízos no balanço. Quem paga tudo isto? Os contribuintes e, especialmente, os trabalhadores. Lá dentro, clima de terror. Veja esta reportagem publicada em O Estado, em 30 de agosto, denunciando tudo. Demissões e ameaças.

## CPI NELES!

O PDS vai boicotar os trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito destinadas a apurar as irregularidades no Besc e Procape (Programa de Capitalização da Pequena Empresa - Sistema Financeiro de Santa Catarina).

Quem acusa é o deputado Dércio Knopp, do PMDB. Integrante da CPI do BESC, ele diz que os deputados do governo não estão interessados em investigar com profundidade as irregularidades ocorridas na instituição e vão usar sua maioria nas CPIs para boicotar o andamento dos trabalhos.

A CPI do BESC vai investigar os constantes saldos negativos que originaram, no último balanço, um déficit semestral absurdo, da ordem de 3 bilhões de cruzeiros. Também investigará

a falta de recolhimento das contribuições previdenciárias pelo Banco do Estado e a compra de três salas em Balneário Camboriú, adquiridas por um preço muito maior do que o real no mercado imobiliário. A CPI da Procape, por sua vez, vai apurar irregularidades no Sistema Financeiro de Santa Catarina.

As CPIs do Besc e Procape têm prazo de 120 dias, e funcionarão com quatro parlamentares do PDS e três do PMDB. Embora regimental, esta distribuição numérica já mostra o grau de dificuldades que haverá para uma efetiva e séria investigação. Dércio Knopp assegura que o PMDB irá até o fim e fará tudo que puder para que as irregularidades sejam denunciadas e seus responsáveis punidos. (FJK)